



# DIÁRIO OFICIAL

## DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

ANO 61 nº 406

CAMPO GRANDE, MS - TERÇA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1980

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

## Parte I

## Poder Executivo

## Decreto

Decreto nº 651 de 18 de Agosto de 1980.

*Dispõe sobre o Grupo Assistência Direta e Imediata - CAI, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.*

O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 58, inciso III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Lei nº 55, de 18 de janeiro de 1980,

## DECRETO:

Art. 1º - O Grupo Assistência Direta e Imediata, previsto no artigo 59 da Lei nº 55, de 18 de janeiro de 1980, identificado pelo Código CAI-120, compreende categorias integradas de cargos de provimento em comissão, a que são inerentes atividades de apoio administrativo aos dirigentes dos órgãos que constituem a estrutura do Poder Executivo, bem como de assistência direta e imediata nas ações relacionadas com o exercício dos cargos em comissão de que são titulares esses dirigentes.

Art. 2º - O Grupo Assistência Direta e Imediata é constituído pelas categorias Assistência, Código CAI-121, e Secretariado, Código CAI-122.

Art. 3º - Os cargos em comissão compreendidos no Grupo Assistência Direta e Imediata distribuem-se em 6 (seis) níveis hierárquicos, na forma do Anexo II, Tabela II, da Lei nº 55, de 18 de janeiro de 1980, conforme descrição constante do Anexo deste Decreto.

Art. 4º - O provimento dos cargos em comissão de que trata este Decreto é da competência do Governador do Estado, de livre escolha, após indicação dos Secretários de Estado e demais dirigentes de órgãos que lhe são diretamente subordinados.

§ 1º - A indicação de que trata este artigo, acompanhada do currículum vitae do candidato, será encaminhada através da Casa Civil, cuja Assessoria Técnica Legislativa elaborará o ato de nomeação.

§ 2º - Sem prejuízo da liberdade de escolha, a indicação para o provimento de cargos em comissão compreendidos no Grupo CAI, deverá recair, de preferência, em portador de certificado de conclusão de curso de 2º grau ou ciclo colegial completo.

§ 3º - Os decretos de provimento e de vacância dos cargos do Grupo CAI serão referendados pelo Secretário de Estado a cuja Secretaria pertençam, ou pelo Chefe da Casa Civil, quando integrarem tabelas de órgão

diretamente subordinado ao Governador.

Art. 5º - Não haverá substituição de ocupantes de cargos em comissão do Grupo Assistência Direta e Imediata.

Art. 6º - Os ocupantes de cargos em comissão a que se refere este Decreto são sujeitos ao regime de, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, podendo ainda ser convocados a qualquer momento, fora dos horários normais de expediente.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande, 18 de agosto de 1980.

MARCELO MIRANDA SOARES

Governador

WALDIR DOS SANTOS PEREIRA

Secretário de Estado de Administração

ANEXO  
(Art. 3º do Dec. nº 651, de 18 de agosto de 1980)  
CARGO ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA  
Código: CAI-120

CAI-1	Designação	Nº	Cargo	CATEGORIA
CAI-1	Assistente I	17	Casa Civil (2) - Secretaria de Administração (1) - Secretaria de Comunicação Social (1) - Secretaria de Desenvolvimento Econômico (1) - Secretaria de Desenvolvimento Social (1) - Secretaria de Educação (1) - Secretaria de Fazenda (1) - Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana (1) - Secretaria de Justiça (1) - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (1) - Secretaria de Saúde (1) - Secretaria de Segurança Pública (1) - Procuradoria-Geral de Justiça (1).	Assistência
CAI-1	Assistente II	24	Casa Civil (6) - Secretaria de Administração (1) - Secretaria de Comunicação Social (6) - Secretaria de Desenvolvimento Econômico (1) - Secretaria de Desenvolvimento Social (1) - Secretaria de Educação (1) - Secretaria de Fazenda (1) - Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana (1) - Secretaria de Justiça (1) - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (1) - Secretaria de Saúde (2) - Secretaria de Segurança Pública (1) - Procuradoria-Geral de Justiça (1).	Assistência

ANEXO  
(Art. 2º do Dec. nº 651, de 18 de agosto de 1980)  
GRUPO ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA  
CÓDIGO: CAI-120

	DESCRIÇÃO	Nº CÓDIGO	DECÍO	CATEGORIA
CAI-3	01) Assistente III	27	Casa Civil (6) - Casa Militar (1) - Auditoria-Geral do Estado (2) - Secretaria de Administração (1) - Secretaria de Comunicação Social (6) - Secretaria de Desenvolvimento Econômico (1) - Secretaria de Desenvolvimento Social (1) - Secretaria de Planejamento e Cooperação Geral (1) - Secretaria de Educação (1) - Secretaria de Fazenda (1) - Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana (1) - Secretaria de Justiça (1) - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (2) - Secretaria de Segurança Pública (7) - Procuradoria-Geral do Estado (1) - Procuradoria-Geral da Justiça (1).	Assistência
	02) Secretário I	13	Casa Civil (5) - Secretaria de Comunicação Social (3) - Secretaria de Desenvolvimento Social (1) - Secretaria de Educação (1) - Secretaria de Saúde (1).	Secretariado
CAI-4	01) Assistente IV	25	Casa Civil (5) - Auditoria-Geral do Estado (2) - Secretaria de Administração (1) - Secretaria de Desenvolvimento Econômico (1) - Secretaria de Desenvolvimento Social (2) - Secretaria de Educação (2) - Secretaria de Fazenda (1) - Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana (1) - Secretaria de Justiça (1) - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (2) - Secretaria de Saúde (3) - Secretaria de Segurança Pública (3) - Procuradoria-Geral do Estado (1) - Procuradoria-Geral da Justiça (1).	Assistência
	02) Secretário II	14	Casa Civil (2) - Secretaria de Administração (1) - Secretaria de Desenvolvimento Econômico (1) - Secretaria de Educação (2) - Secretaria de Fazenda (1) - Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana (1) - Secretaria de Justiça (1) - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (2) - Secretaria de Saúde (3) - Secretaria de Segurança Pública (1).	Secretariado
CAI-5	Assistente V	33	Casa Civil (10) - Casa Militar (2) - Auditoria-Geral do Estado (2) - Secretaria de Administração (3) - Secretaria de Desenvolvimento Econômico (2) - Secretaria de Desenvolvimento Social (2) - Secretaria de Educação (2) - Secretaria de Fazenda (3) - Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana (2) - Secretaria de Justiça (1) - Secretaria de Saúde (2) - Procuradoria-Geral do Estado (1) - Procuradoria-Geral da Justiça (1).	Assistência
	02) Secretário III	31	Casa Civil (5) - Casa Militar.	Secretariado

ANEXO  
(Art. 2º do Dec. nº 651, de 18 de agosto de 1980)  
GRUPO ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA  
CÓDIGO: CAI-120

	DESCRIÇÃO	Nº CÓDIGO	DECÍO	CATEGORIA
CAI-6	01) Assistente VI	16	Casa Civil (6) - Casa Militar (2) - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (2) - Secretaria de Segurança Pública (3).	Assistência
	02) Secretário IV	28	Casa Civil (2) - Secretaria de Administração (4) - Secretaria de Desenvolvimento Econômico (1) - Secretaria de Educação (3) - Secretaria de Fazenda (4) - Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana (2) - Secretaria de Justiça (1) - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (4) - Secretaria de Segurança Pública (2) - Procuradoria-Geral do Estado (1) - Procuradoria-Geral da Justiça (1).	Secretariado

## DECRETO N° 652, DE 18 DE AGOSTO DE 1980

Altera a composição do Anexo do Decreto nº 601, de 27 de junho de 1980, é dada outras providências.

O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 58, inciso III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 2º da Lei nº 55, de 18 de janeiro de 1980,

## DECRETA:

Art. 1º - O Anexo do Decreto nº 601, de 27 de junho de 1980, passa a vigorar com a composição constante do Anexo deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande, 18 de agosto de 1980

MARCELO MIRANDA SOARES  
Governador

WALDIR DOS SANTOS PEREIRA  
Secretário de Estado de Administração

## DIÁRIO OFICIAL

## REDAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Avenida Calógeras, 1451  
79.100 Campo Grande-MS  
Fone: (067) 383-3351

## PREÇOS:

- Assinatura anual ..... Cr\$ 3.000,00
- Assinatura semestral..... Cr\$ 1.500,00
- Número Avulso..... Cr\$ 15,00
- Publicação-em coluna de 15,5... Cr\$ 67,00

## OBSERVAÇÕES:

- 1) - Os pagamentos deverão ser efetuados no Banco do Estado de Mato Grosso S.A. (BEMAT), por ordem de pagamento ou cheque visado, nominal à Imprensa Oficial de Mato Grosso do Sul (IOSUL)  
Conta nº: 0428 Agência: Campo Grande - MS
- 2) - As publicações serão efetivadas após 48 horas da sua entrada no Diário Oficial
- 3) - A Imprensa Oficial de Mato Grosso do Sul (IOSUL) não dispõe de pessoas autorizadas a vender assinaturas que somente poderão ser tomadas em nossa agência.

IMPRENSA OFICIAL DE MATO GROSSO DO SUL (IOSUL)

D.O. nº 406

19/08/80

ANEXO  
(Doc. nº 652, de 18 de agosto de 1980)  
GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES  
CÓDIGO: DAS-110

ORDENADO	DENOMINAÇÃO	QUANT.	ORÇÃO	CATEGORIA
01) Secretário de Estado	12 Casa Civil - Secretaria de Administração - Secretaria de Comunicação Social - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretaria de Desenvolvimento Social - Secretaria de Educação - Secretaria da Fazenda - Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana - Secretaria de Justiça - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral - Secretaria de Saúde - Secretaria de Segurança Pública.	12	Direção Superior	
02) Procurador-Geral	2 Procuradoria-Geral do Estado - Procuradoria-Geral da Justiça.	2	Direção Superior	
03) Representante do Estado no Distrito Federal	1 Casa Civil	1	Direção Superior	
DAS-1	01) Secretário-Auxílio	9 Secretaria de Administração - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretaria de Desenvolvimento Social - Secretaria de Educação - Secretaria da Fazenda - Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana - Secretaria de Justiça - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral - Secretaria de Saúde.	9	Direção Superior
	02) Coordenador-Geral de Planejamento, Finanças e Administração	1 Secretaria de Segurança Pública	1	Direção Superior
	03) Chefe	1 Casa Militar	1	Direção Superior
	04) Subchefe	3 Casa Civil	3	Direção Superior
	05) Representante do Estado no Rio de Janeiro	1 Casa Civil	1	Direção Superior
	06) Presidente do CRASE	1 Secretaria de Administração	1	Direção Superior
	07) Procurador-Geral-Auxílio	2 Procuradoria-Geral do Estado - Procuradoria Geral da Justiça	2	Direção Superior
	08) Auditor-Geral	1 Auditoria-Geral do Estado	1	Direção Superior
	09) Consultor Legislativo	1 Casa Civil	1	Assessoramento Superior
	10) Assessor Especial do Governador	1 Casa Civil	1	Assessoramento Superior
	11) Assessor Especial	1 Procuradoria-Geral do Estado	1	Assessoramento Superior
DAS-2	01) Chefe de Gabinete	12 Casa Civil - Secretaria de Administração - Secretaria de Comunicação Social - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretaria de Desenvolvimento Social - Secretaria de Educação - Secretaria da Fazenda - Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana - Secretaria de Justiça - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral - Secretaria de Saúde - Secretaria de Segurança Pública.	12	Direção Superior
	02) Secretário Particular do Governador	1 Casa Civil	1	Direção Superior
	03) Chefe do Escritório de Representação do Estado no Distrito Federal	1 Casa Civil	1	Direção Superior
	04) Superintendente	8 Secretaria de Administração (3) - Secretaria da Fazenda (2) - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (3).	8	Direção Superior
	05) Coordenador-Geral de Comunicação Social	1 Secretaria de Comunicação Social	1	Direção Superior
	06) Auditor-Geral-Auxílio	1 Auditoria-Geral do Estado	1	Direção Superior
	07) Inspetor-Geral de Finanças	1 Secretaria da Fazenda	1	Direção Superior
	08) Diretor-Geral de Obras	1 Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana	1	Direção Superior
	09) Diretor-Geral de Polícia	1 Secretaria de Segurança Pública	1	Direção Superior
	10) Diretor-Geral do Departamento Estadual de Trânsito	1 Secretaria de Segurança Pública	1	Direção Superior
	11) Corregedor-Geral de Polícias	1 Secretaria de Segurança Pública	1	Direção Superior
	12) Diretor-Geral	4 Secretaria de Desenvolvimento	4	Direção Superior

ANEXO  
(Doc. nº 652, de 18 de agosto de 1980)  
GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES  
CÓDIGO: DAS-110

ORDENADO	DENOMINAÇÃO	QUANT.	ORÇÃO	CATEGORIA
	to Social (2) - Secretaria de Saúde (2).	2		
	13) Coordenador-Geral	3 Secretaria de Desenvolvimento Social (1) - Secretaria de Educação (1)	3	Direção Superior
	14) Procurador de Assuntos Tributários	1 Procuradoria-Geral do Estado	1	Direção Superior
	15) Procurador de Assuntos de Pessoal	1 Procuradoria-Geral do Estado	1	Direção Superior
	16) Procurador de Assuntos Administrativos	1 Procuradoria-Geral do Estado	1	Direção Superior
	17) Procurador Judicial	1 Procuradoria-Geral do Estado	1	Direção Superior
	18) Assessor-chefe	1 Secretaria de Comunicação Social	1	Assessoramento Superior
DAS-3	01) Coordenador do Cerimonial	1 Casa Civil	1	Direção Superior
	02) Coordenador de Apoio-Técnico	1 Casa Civil	1	Direção Superior
	03) Secretário-Executivo da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil	1 Casa Militar	1	Direção Superior
	04) Coordenador	7 Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (6) - Secretaria de Saúde (1).	7	Direção Superior
	05) Coordenador Setorial de Planejamento	9 Secretaria de Administração - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretaria de Desenvolvimento Social - Secretaria de Educação - Secretaria da Fazenda - Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana - Secretaria de Justiça - Secretaria de Saúde - Secretaria de Segurança Pública	9	Direção Superior
	06) Procurador Regional	7 Procuradoria-Geral do Estado	7	Direção Superior
	07) Inspetor Fazendário	3 Secretaria da Fazenda	3	Direção Superior
	08) Coordenador de Controle da Administração Direta	1 Auditoria-Geral do Estado	1	Direção Superior
	09) Coordenador de Controle da Administração Indireta	1 Auditoria-Geral do Estado	1	Direção Superior
	10) Coordenador Técnico-Administrativo	1 Auditoria-Geral do Estado	1	Direção Superior
	11) Coordenador de Planejamento, Finanças e Administração	1 Casa Civil	1	Direção Superior
DAS-4	01) Diretor da Diretoria	42 Casa Civil (1) - Auditoria-Geral do Estado (4) - Secretaria de Administração (8) - Secretaria de Comunicação Social (3) - Secretaria de Desenvolvimento Social (7) - Secretaria de Educação (3) - Secretaria da Fazenda (8) - Secretaria de Segurança Pública (8).	42	Direção Superior
	02) Inspetor Setorial de Finanças	12 Casa Civil - Secretaria de Administração - Secretaria de Comunicação Social - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretaria de Desenvolvimento Social - Secretaria de Educação - Secretaria da Fazenda - Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral - Secretaria de Saúde - Secretaria de Segurança Pública - Secretaria de Justiça	12	Direção Superior
	03) Diretor de Administração	12 Casa Civil - Secretaria de Administração - Secretaria de Comunicação Social - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretaria de Desenvolvimento Social - Secretaria de Educação - Secretaria da Fazenda - Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana - Secretaria de Justiça - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral - Secretaria de Saúde - Secretaria de Segurança Pública	12	Direção Superior
	04) Diretor de Departamento	5 Secretaria de Saúde	5	Direção Superior
	05) Diretor do Departamento de Assuntos da Justiça	1 Secretaria da Justiça	1	Direção Superior
	06) Delegado da Fazenda	12 Secretaria da Fazenda	12	Direção Superior
	07) Supervisor da Junta de IB	1 Secretaria de Administração	1	Direção Superior

ANEXO  
(Dec. nº 652, de 18 de agosto de 1980)

GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES  
CÓDIGO: DAS-110

SHCODE	DENOMINAÇÃO	QUANT.	GRUPO	CATEGORIA	
	quêrticos Administrativos				
08) Chefe de Secretaria	2 Procuradoria-Geral do Estado - Procuradoria-Geral da Justiça	2	erior	Direção Superior	
09) Assessor de Planejamento	2 Casa Civil - Secretaria de Comunicação Social	2	Assessoren-	to Superior	
10) Assessor I	45 Casa Civil (7) - Auditoria-Geral do Estado (2) - Casa Militar (1) - Secretaria de Administração (3) - Secretaria de Comunicação Social (2) - Secretaria de Desenvolvimento Econômico (2) - Secretaria de Desenvolvimento Social (2) - Secretaria de Educação (3) - Secretaria de Fazenda (2) - Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana (4) - Secretaria de Justiça (2) - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (2) - Secretaria de Saúde (3) - Secretaria de Segurança Pública (8) - Procuradoria-Geral do Estado (1) - Procuradoria-Geral da Justiça (1)	45	Assessoramen-	to Superior	
DAS-5	01) Chefe de Divisão	12	Casa Civil (2) - Casa Militar (1) - Secretaria de Segurança Pública (5) - Procuradoria-Geral do Estado (2) - Procuradoria-Geral da Justiça (2)	Direção Superior	
	02) Inspetor Especial da Fazenda	2	Secretaria de Segurança Pública	Direção Superior	
	03) Subdelegado de Fazenda	12	Secretaria de Fazenda	Direção Superior	
	04) Chefe de Divisão de Transporte	1	Casa Militar	Direção Superior	
	05) Secretário-Geral do CRASE	1	Secretaria de Administração	Direção Superior	
	06) Chefe de Divisão de Segurança	1	Casa Militar	Direção Superior	
	07) Chefe de Divisão de Telecomunicações	1	Casa Militar	Direção Superior	
	08) Ajudante de Ordem	2	Casa Militar	Direção Superior	
	09) Chefe de Escritório de Planejamento e Articulação dos Municípios	2	Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral	Direção Superior	
	10) Chefe de Núcleo Regional	10	Secretaria de Comunicação Social	Direção Superior	
	11) Assessor de Comunicação Social	10	Secretaria de Administração - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretaria Desenvolvimento Social - Secretaria de Educação - Secretaria de Fazenda - Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana - Secretaria de Justiça - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral - Secretaria de Saúde - Secretaria de Segurança Pública	Assessoramen-	to Superior
	12) Assessor II	92	Casa Civil (10) - Casa Militar (3) - Adutoria-Geral do Estado (2) - Secretaria de Administração (7) - Secretaria de Comunicação Social (5) - Secretaria de Desenvolvimento Econômico (6) - Secretaria de Desenvolvimento Social (6) - Secretaria de Educação (6) - Secretaria de Fazenda (6) - Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana (6) - Secretaria de Justiça (6) - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (6) - Secretaria de Saúde (5) - Secretaria de Segurança Pública (6) - Procuradoria-Geral do Estado (1) - Procuradoria-Geral da Justiça (1)		
DAS-6	Destinado ao atendimento de unidades resultantes do desdobramento dos sistemas				

## Secretaria de Fazenda

REPÚBLICA, POR INCORREÇÃO, DA RESOLUÇÃO/SEF Nº 161 DE 08 DE AGOSTO DE 1980, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL Nº 401, DE 12.08.80, PÁG. 13.

### RESOLUÇÃO/SEF Nº 161 DE 08 DE AGOSTO DE 1980

Altera, em parte, a tabela anexa à Resolução/SEF nº 155, de 19.07.80 que estabeleceu as codificações de identificação das Exatorias a serem utilizadas nos sistemas de Cadastro da Indústria e Comércio, Cadastro dos Produtos Agropecuários e de Arrecadação.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais,

### R E S O L V E:

Art. 1º - Alterar, em parte, a tabela anexa à Resolução/SEF Nº 155, de 19.07.80, publicada no Diário Oficial nº 373, datado de 03.07.80, que estabeleceu a codificação única para identificação das Exatorias Estaduais, que passa a ser a seguinte, nas localidades abaixo:

EXATORIA	IND.E COM.	C.P.R.A.	ARRECADAÇÃO
1. BELA-VISTA	02.013	02.013.2	902.0013.1
2. CARACOL	02.020	02.020.5	902.0020.0

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de 19 de setembro de 1980, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande; 08 de agosto de 1980

ARIEL FERNANDES DE SOUZA  
Secretário de Estado de Fazenda em exercício

## Secretaria de Administração

### DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO

Dia: 15/08/80 - Processo nº 04/2559/80.

Processo nº 04/2560/80

Processo nº 04/2570/80

- Autorizo a despesa e a emissão de Empenho.

### DESPACHO DO SECRETÁRIO-ADJUNTO

Dia 13.08.80 - Processo nº 04/651/80

Dia: 18.08.80 - Processo nº 04/2506/80

Processo nº 04/2568/80

- Autorizo a emissão de Empenhos.

### DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESA

Dia 18/08/80 - Processo nº 04/2536/80

- Autorizo a despesa e a emissão de empenho.

## Secretaria de Infra-Estrutura Regional e Urbana

EXTRATO DA ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS Nº 020/80  
Processo nº 07/1026/80  
Data da Assinatura: 12/08/80

FIRMA: CONPLAN - CONSTRUÇÕES PLANEJAMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO: Reforma das Escolas Rurais Estaduais, Barão de MARACA JU e Barão de MELGAÇO, em MUNDO NOVO-MS.

VALOR: Cr\$ 597.784,00 (Quinhentos e noventa e sete mil, sete

centos e oitenta e quatro cruzeiros).

**VERBA, DOTAÇÃO E EMPENHO:** Programa de Trabalho: 08421881.002 - 4110.0000 - 01.Em penho nº 0702/80.

**PRAZOS:**

- a) de inicio: 12.08.80
- b) da conclusão: 11.09.80
- c) do recebimento: 11.10.80
- d) contados, a partir de: 12.08.80

**MULTAS:** Cr\$ 5.977,84 (Cinco mil, novecentos e setenta e sete cruzeiros e oitenta e quatro centavos) por dia de atraso, Cr\$ 119.556,80 (Cento e dezenove mil, quinhentos e cinquenta e seis cruzeiros e oitenta centavos) pela inexecução do objeto contratado.

**ASSINAM:** OLAVO VILLELA DE ANDRADE, pelo Contratante e o Sr. AMILCAR SCHAEFER, pela Contratada.

## Secretaria de Saúde

### RESULTADO DA LICITAÇÃO POR TOMADA DE PREÇO Nº 008/80 (RETIFICAÇÃO)

Objeto: Material de Expediente.

DENTAL CUIABANA - Itens: 01/03/04/05/06/07/08/10/11/12/14/15 e 18.  
VALOR.....Cr\$ 2.645.959,00

MÓVEIS DE AÇO ANGELO FIGUEIREDO - Itens: 02 e 16  
VALOR.....Cr\$ 76.818,00

TIRADENTES MÉDICO HOSPITALAR - 09/17 e 19  
VALOR.....Cr\$ 378.754,00

TRIÂNGULO MÉDICO HOSPITALAR - Item: 20  
VALOR.....Cr\$ 212.550,00

### ADJUDICAÇÃO

Conforme estabelece o Edital de Tomada de Preço Nº 008/80, ficam adjudicadas as firmas acima relacionadas em seus itens correspondentes.

Campo Grande-MS, 01 de agosto de 1980  
JAYME ANTONIO MEIRELLES DE OLIVEIRA  
Pres. da Junta Permanente de Licitação

## Secretaria de Educação

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE RE/RATIFICAÇÃO Nº 01/80

PROCESSO Nº 09175/80

**PARTES:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO-MS/SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA REGIONAL E URBANA.  
**OBJETO:** Modificar o Convênio entre as partes acima com a finalidade de complementar a construção da Escola de 1º Grau, construída no bairro Universitário em Campo Grande, a ampliação da Escola "Rubens de Castro Pinto", em Caracol e construir pré-dios escolares próprios em vários municípios do Estado.

**RECURSOS:** Projeto 2002.08421881.002 - Construção Reforma e Ampliação de Obras Públicas - II Grau, Elemento de Despesa 4110: Fonte 00.....Cr\$ 30.000.000,00  
Fonte 01.....Cr\$ 25.500.000,00  
Projeto 2002.08421881.002 - Construção Reforma e Ampliação de Obras Públicas - I Grau, Elemento de Despesa 4110: Fonte 01.....Cr\$ 7.059.000,00

**VALOR:** Cr\$ 62.559.000,00 (sessenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil cruzeiros).

DATA DA ASSINATURA: 23 de julho de 1980.

- a) JUVÉNCIO CÉSAR DA FONSECA
- a) OLAVO VILLELA DE ANDRADE
- a) HUGO JOSÉ BOMFIM
- a) PAULO AMÉRICO DOS REIS

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE RE/RATIFICAÇÃO Nº 03/80

PROCESSO Nº 12144/79

**PARTES:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA REGIONAL E URBANA/DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS.

**OBJETO:** Retificar as Cláusulas Primeira e Segunda e Ratificar as demais.

**RECURSOS:** 50.000.000,00 - Fundação de Educação - MS/79,  
110.893.483,52 - Projeto 08421881.002, Elemento de Desp. 4110 Fonte 00 e  
86.204.047,35 - Projeto 08421881.002, Elemento de Desp. 4110 Fonte 01.

**VALOR:** 247.097.530,87 (duzentos e quarenta e sete milhões noventa e sete mil quinhentos e trinta cruzeiros e oitenta e sete centavos).

DATA DA ASSINATURA: 23 de julho de 1980.

- a) JUVÉNCIO CÉSAR DA FONSECA
- a) OLAVO VILLELA DE ANDRADE
- a) PAULO AMÉRICO DOS REIS

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE RE/RATIFICAÇÃO Nº 02/80

PROCESSO Nº 12452/79

**PARTES:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA REGIONAL E URBANA/DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS.

**OBJETO:** Retificar a Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo e Ratificar as demais.

**RECURSOS:** Cr\$ 18.000.000,00 - Orçamento de 1979  
Cr\$ 5.165.516,48 - Projeto 2002.08421881.002, Elemento de Despesa 4110, Fonte 00 e  
Cr\$ 26.736.952,65 - Projeto 2002.08421881.002, Elemento de Despesa 4110, Fonte 01.

**VALOR:** Cr\$ 49.902.469,13 (quarenta e nove milhões, novecentos e dois mil, quatrocentos e sessenta e nove cruzeiros e treze centavos).

DATA DA ASSINATURA: 23 de julho de 1980.

- a) JUVÉNCIO CÉSAR DA FONSECA
- a) OLAVO VILLELA DE ANDRADE
- a) PAULO AMÉRICO DOS REIS

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/80-PS

PROCESSO Nº 13/16405/80

**PARTES:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO-MS/CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE, SETOR DE DOURADOS.

**OBJETO:** Treinamento de Professores leigos estaduais, municipais e particulares, em exercício na região da Grande Dourados.

**RECURSOS:** Projeto 2002.08452131.054 - Implementação e Dinamização do Ensino Supletivo. Elemento de Despesa 3132 - Outros Serviços e Encargos, Fonte 00 - Recursos Ordinários do Vigente Orçamento.

**VIGÊNCIA:** A partir de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Estado, até 30 de novembro do corrente ano.

**VALOR:** Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros).  
Campo Grande, 12 de agosto de 1980.  
a) JUVÉNCIO CÉSAR DA FONSECA  
a) AMAURI TETILA

**EXTRATO DO CONVÉNIO Nº 02/80-CP  
PROCESSO Nº 12236/79**

**PARTES:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO-MS/ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO GRANDE.

**OBJETO:** Apoiar a APAE, com recursos humanos necessários ao seu Corpo Docente e Administrativo.

**INTERVENIÊNCIA:** Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral.

**VIGÊNCIA:** 01 (um) ano, a contar da data de assinatura.

**DATA DE ASSINATURA:** 01 de agosto de 1980.

**DESPESA:** Correrá por conta do Orçamento da Secretaria de Educação-MS.

**FORO:** Desta Capital.

- a) JUVÉNCIO CÉSAR DA FONSECA
- a) ANTONIO ISSA NAHAS
- a) HUGO JOSE BOMFIM

**EXTRATO DO CONVÉNIO Nº 04/80-CP**

**PROCESSO Nº 1451/79**

**PARTES:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO-MS/ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TRÊS LAGOAS.

**OBJETO:** Apoiar com Recursos Humanos necessários, o Corpo Docente da APAE de Três Lagoas.

**INTERVENIÊNCIA:** Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral.

**DESPESA:** Atividade 2002.08070212,010 - Operacionalização dos Serviços Administrativos - Orçamento da Secretaria de Educação-MS.

**VIGÊNCIA:** 01 (um) ano, a contar da data da assinatura.

**DATA DA ASSINATURA:** 01 de agosto de 1980.

- a) JUVÉNCIO CÉSAR DA FONSECA
- a) ISABEL GALVANIN GUIDO FARES
- a) HUGO JOSE BOMFIM

**EXTRATO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DE 19 GRAU "NARCISO MENEZES".**

**Objetivo:** Visa ampliar o conceito de escola transformando-a em centro de integração e desenvolvimento comunitário.

**Sede:** Rua Duque de Caxias, nº 726, Caarapó-MS.

**Tempo de duração - Indeterminado**

**Organização:** A Associação será administrada pela Diretoria de Pais e Mestres, tendo como membros integrantes Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário, 1º e 2º Tesoureiro, Diretor Adjunto e Coordenador Geral.

**Representação:** A Associação será representada oficial, extra-oficial e judicialmente pelo Presidente.

Caarapó, 01 de junho de 1980  
JOÃO RODRIGUES MACHADO  
Presidente.

**EXTRATO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DE 19 E 29 GRAUS "SALOMÉ DE MELO ROCHA".**

**Objetivo:** Visa ampliar o conceito de escola, transformando-a em centro de integração e desenvolvimento comunitário.

**Sede:** Rua Floriano Peixoto, s/nº, Guia Lopes da Laguna MS.

**Tempo de duração - Indeterminado.**

**Organização:** A Associação será administrada pela Diretoria de Pais e Mestres, tendo como membros integrantes Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário, 1º e 2º Tesoureiro, Diretor Adjunto, Diretor Social e Diretor Esportivo.

**Representação:** A Associação será representada oficial, extra-oficial e judicialmente pelo Presidente.

Guia Lopes da Laguna, 22 de abril de 1980

PEDRO BALBUENA

Presidente.

## Boletim de Pessoal

**Decreto de 18 de agosto de 1.980**

**O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais,**

**R E S O L V E :**

Considerar extintos os mandatos dos Conselheiros WALTER DE CASTRO e RUBENS NUNES DA CUNHA, nomeados por Decreto de 04 de janeiro de 1.980, para exercerem as funções de Conselheiros, como membros efetivos do Conselho Deliberativo do Fundo de Assistência Social Sul-Matogrossense (FASUL - MS) do Palácio do Governo, criado pela Lei nº 37, de 12 de dezembro de 1.979, tendo em vista a renúncia formulada pelos mesmos é, Nomear JOSÉ ALBERTO RONDON SEVERO DOS SANTOS e AUGUSTO MAURICIO DA CUNHA E MENEZES WANDERLEY para exercerem as mesmas funções , pelo prazo restante do mandato dos renunciantes.

Dispensar EDMAR JOSÉ H. DE AZEVEDO JR., lotado na Secretaria de Saúde, em Amandina, do emprego de Médico, padrão TS-01, do Quadro Provisório do Estado de Mato Grosso do Sul, com validade a contar de 23 de julho de 1980 (Processo nº 14/2611/80 - SS).

Promover, por antiguidade, FREDERICO FARIAS DE MIRANDA, Juiz de Direito da Comarca de Naviraí, para a 1ª Vara da Comarca de Naviraí, segunda entrância.

Promover, por merecimento, ILDÉU DE SOUZA CAMPOS , Juiz de Direito da Comarca de Cassilândia, 1ª entrância, para a Segunda Vara da Comarca de Nova Andradina, 2ª entrância.

Nomear JAIME BRUMATTI para exercer a função de Juiz de Paz, na Sede do Município de Angélica, Comarca de Dourados, e como seus Suplentes, respectivamente, NELY APARECIDA ROCHA SILVA e EDILIA GRAÇA DE OLIVEIRA HERNANDES.

**O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Art. 18 dos Estatutos da Companhia de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso do Sul - CODESUL, aprovado pelo Decreto nº 29 de 01 de janeiro de 1979,**

**R E S O L V E :**

Nomear EULÁLIO RODRIGUES, FERNANDO LUIZ CORRÊA DA COSTA, LUIZ CARLOS IGLÉCIAS, membros e JORGE ELIAS ZAHRAN, BENTO RODRIGUES DE OLIVEIRA, NELSON NACHIF respectivos suplentes do Conselho Fiscal, da Companhia de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso do Sul - CODESUL.

**DECRETO DE 15 DE AGOSTO DE 1980**

**O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 86, § 2º, 116 e 117 da Lei nº 55, de 18 de janeiro de 1980,**

**R E S O L V E :**

Enquadrar, no Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, OSWALDO PIRES, por transferência, para o cargo efetivo de Contínuo, classe A, referência 6, do Grupo Ocupacional XII - Serviços Auxiliares.

res, em vaga prevista no Anexo II, da Lei nº 55, de 18 de janeiro de 1980, sob o regime do Estatuto dos Servidores Civis do Estado de Mato Grosso do Sul, aprovado pela Lei Complementar nº 2, de 18 de janeiro de 1980.

#### Secretaria de Fazenda

RESOLUÇÃO/SEF DE 15 DE AGOSTO DE 1980

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais,

#### R E S O L V E:

Mandar servir junto ao Gabinete desta Secretaria, DALVA PAIVA QUEIROZ, Exator EE-III, lotada na 1a. Delegacia Regional de Fazenda, nesta Capital.

#### Secretaria de Administração

Resolução /SAD de 15 de agosto de 1980

O Secretário de Estado de Administração, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso I do artigo 29 do Decreto nº 452, de 01 de fevereiro de 1980,

#### R E S O L V E :

Conceder noventa (90) dias de licença em prorrogação a MARIA THEREZINHA CAVALHEIRO MAYMONE, RG nº 016.365, Professora, Classe A, Nível I, Quinquênio 5, lotada na Escola Estadual de 1º Grau "Riachuelo", em Campo Grande, a contar de 05 de maio de 1980 (Processo nº 13/10158/80 -SE).

O Secretário de Estado de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 29 do Decreto nº 452, de 1º de fevereiro de 1980,

#### R E S O L V E :

Autorizar a averbação, para fins de aposentadoria, de 1.287 (um mil, duzentos e oitenta e sete) dias de serviço prestado ao Estado de Mato Grosso, por JOSE NORBERTO DE MEDEIROS, ocupante do cargo de Exator, símbolo EE-I, do Quadro Provisional de Mato Grosso do Sul, de acordo com o previsto no artigo 182, da Constituição Estadual. (Proc. nº 01329/SAD/MT).

## Administração Indireta

#### JUCEMS

#### PROCESSOS DEFERIDOS EM 08 DE AGOSTO DE 1980

##### FIRMA INDIVIDUAL

4138/80 - JOSÉ F. CHAVES ÓTICA E RELOJOARIA .....	54 1 0029142 7
SEDE: Rua Estevão Alves Corrêa nº 617 - Centro - AQUIDAUANA - MS.	
5637/80 - JOSE BENTO GONÇALVES PEREIRA .....	54 1 0029143 5
SEDE: Rua Porfírio Gonçalves nº 1450 - Centro - RIO VERDE - MS.	
5921/80 - EURICO FRANCISCO ALVES .....	54 1 0029144 3
SEDE: Rua Francisco Freitas Silveira nº 60 Centro - PARANÁIBA - MS.	
5922/80 - HEITOR DIAS .....	54 1 0029145 1
SEDE: Rua Dos Ferroviários nº 489 - Centro - CAMPO GRANDE - MS.	
5931/80 - ANTONIO RAUL MARTI .....	54 1 0029146 0
SEDE: Av. Da Integração s/n - Centro - ANASTÁCIO - MS.	
5934/80 - ALZIRA CARPES HOLSBACK .....	54 1 0029147 8
SEDE: Rua Duque de Caxias nº 629 - Centro - CAARAPÓ - MS.	
5935/80 - BERNARDINO JOSÉ DOS SANTOS .....	54 1 0029148 6
SEDE: Rua S 29 s/n - Bairro Parque das Nações II - DOURADOS - MS.	
5936/80 - CARLOS NUNES DE OLIVEIRA .....	54 1 0029149 4
SEDE: Rua S 27 nº 310 - Bairro Parque Das Nações II - DOURADOS - MS.	
5937/80 - ELIAS DA MACENA ROCHA .....	54 1 0029150 8
SEDE: Rua 17 nº 460 - Bairro Jardim Florida II - DOURADOS - MS.	
5938/80 - JACOB DA SILVA HERINGER .....	54 1 0029151 6
SEDE: Rua S 23 nº 325 - Bairro Parque Das Nações II - DOURADOS - MS.	
5939/80 - LUIZ DIAS BARBOSA .....	54 1 0029152 4
SEDE: Rua Prefeito Theofanes nº 989 - Centro - RIO BRILHANTE - MS..	
5940/80 - OSCAR FIORINDO BASSANI .....	54 1 0029153 2
SEDE: Rua Benjamin Constant nº 291 - Centro - RIO BRILHANTE - MS..	

5965/80 - SEBASTIÃO PAES LOPEZ .....	54 1 0029154 1
SEDE: Av. 25 de Novembro s/n - CAMAPUÃ - MS	
5964/80 - LAURINDO ALVES CARRIJO .....	54 1 0029155 9
SEDE: Av. 25 de Novembro - Bairro Costa Rica - CAMAPUÃ - MS.	
CONTRATO SOCIAL	
5258/80 - FOTO JOSÉ LTDA .....	54 2 0010133 6
SEDE: Av. Marcelino Pires nº 1535 - Centro - DOURADOS - MS.	
5259/80 - LIWAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALHAS E CONDUTORES LTDA .....	54 2 0010134 4
SEDE: Rua Guarapuava nº 390 - DOURADOS - MS.	
5467/80 - MUDAS MARAVILHA LTDA .....	54 2 0010135 2
SEDE: Rod. Rio Pardo Mimosa Km 4 - Chácara Maravilha - Zona Rural - RIBAS DO RIO PARDO - MS.	
5492/80 - BAR E RESTAURANTE MATOZO LTDA .....	54 2 0010136 1
SEDE: Rua Benjamin Constant nº 601 - Centro RIO BRILHANTE - MS.	
5925/80 - MANSÃO IMÓVEIS LTDA .....	54 2 0010137 9
SEDE: Av. Afonso Pena nº 2535 - Centro - CAMPO GRANDE - MS.	
5926/80 - OSMAR GALDINO & CIA LTDA .....	54 2 0010138 7
SEDE: Rua Marechal Rondon nº 116 - Bairro Amambai - CAMPO GRANDE - MS.	
5927/80 - COPADÁTA PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA .....	54 2 0010139 5
SEDE: Av. Duque de Caxias nº 60906 - Bairro Nova Campo Grande - CAMPO GRANDE-MS..	
5959/80 - MERCADINHO NASSER LTDA .....	54 2 0010140 9
SEDE: Rua José Ribeiro da Sá Carvalho nº 1036 - Bairro Vila Nasser - CAMPO GRANDE - MS.	
ANOTAÇÃO	
5942/80 - FRANCISCO GOMES DE LIRA .....	1233
SEDE: Rua Presidente Dutra s/n - Centro - DOURADINA - PR.	
5943/80 - HELENIR PEREIRA DONATO .....	1234
SEDE: Distrito de Amandina - IVINHEMA - MS.	
ALTERAÇÃO CONTRATUAL	
5261/80 - COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO JUTI LTDA .....	2224
SEDE: Av. Sérgio Maciel nº 1381 - Centro - CAARAPÓ - MS.	
5658/80 - O DISCÃO COMÉRCIO DE DISCOS LTDA .....	2225
SEDE: Rua 14 de Julho nº 2105 - Centro - CAMPO GRANDE - MS.	
5896/80 - GAZIM COMÉRCIO DE MÓVEIS ELETRODOMÉSTICOS LTDA .....	2226
SEDE: Av. Barão do Rio Branco nº 630 - Centro - DOURADINA - PR.	
5907/80 - JARAGUÁ AGROPASTORIL EXPORTADORA IMPORTADORA E COMÉRCIO LTDA .....	2227
SEDE: Av. Três Lagoas nº 287 - Centro - PARANÁIBA - MS.	
5920/80 - HALLEY - EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA ..	2228
SEDE: Rua Marechal Floriano nº 1495 - Centro - PONTA PORÃ - MS.	
5930/80 - VIVENDA PRESENTES LTDA .....	2229
SEDE: Av. Mato Grosso nº 2255 - Bairro Jardim dos Estados - CAMPO GRANDE - MS.	
5945/80 - HELEN COLOR STUDIO FOTOGRÁFICO LTDA .....	2230
SEDE: Rua Aquidauana nº 1096 - Centro - RIO BRILHANTE - MS.	
SOCIEDADE POR AÇÕES	
5228/80 - LPC INDUSTRIAS ALIMENTÍCIAS S/A .....	0434
SEDE: Rua Treze de Maio nº 4046 - Bairro Vila Anse - CAMPO GRANDE - MS.	
5886/80 - FAZENDA BODOQUENA S/A .....	0435
SEDE: Estação Guaicurus - MIRANDA - MS.	
5887/80 - FAZENDA BODOQUENA S/A .....	0436
SEDE: Estação Guaicurus - MIRANDA - MS.	
PROTEÇÃO AO NOME COMERCIAL	
5929/80 - HUDSON BRASILEIRA DE PETRÓLEO S.A. ....	54 9 0003251 5
SEDE: Via Anhanguera - KM 17 - Bairro Vila Jaraguá - SÃO PAULO - SP.	
CANCELAMENTO	
4816/80 - CESAR FERREIRA DE MENDONÇA .....	0297
SEDE: Rua Oscar Guimarães nº 151 - Centro - TRÊS LAGOAS - MS.	
5892/80 - MARIA AREVALO SANCHEZ .....	0298
SEDE: Rua 13 de Maio nº 1189 - Centro - PORTO MURTINHO - MS.	
ABERTURA DE FILIAL	
5947/80 - QUIMBRASIL QUÍMICA INDUSTRIAL BRASILEIRA S/A .....	54 9 0003252 3
SEDE: Rod. MS KM 100 nº 306 - Bairro Chapadão Gaucho - CASSILÂNDIA - MS.	
5943/80 - HELENIR PEREIRA DONATO .....	54 9 0003253 1

SEDE: Rua Melvin Jones nº 2376 - NOVA ANDRÉ DINA - MS.  
 5658/80 - O DISCÃO COMÉRCIO DE DISCOS LTDA .....  
 SEDE: Rua Joaquim Nabuco nº 200 - Quadra G Loja 4 - Estação Rodoviária - Centro-CAMPO GRANDE - MS.

DOCUMENTOS EM EXIGÊNCIA  
EM 08 DE AGOSTO DE 1980

5897/80 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA SECÓIA LTDA  
 5900/80 - COPASA - COMERCIAL PASA LTDA .....  
 5908/80 - MARCELINO & PINHEIRO LTDA .....  
 5918/80 - CENTRO OESTE LTDA .....  
 5919/80 - ELOI & OCIRIS LTDA .....  
 5932/80 - ADEGA LTDA .....  
 5933/80 - REI DO PEIXE LTDA .....  
 5941/80 - ROSALINA DA SILVA SANTOS .....  
 5948/80 - JOSÉ MARIA PEREIRA .....  
 5949/80 - IRMÃOS FREITAS LTDA .....  
 5960/80 - CARLOS, DA ROSA & MELLO LTDA .....

(\*) NOTA: CUMPRE-SE ESTA EXIGÊNCIA NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, CONFORME ART. 78 E PARÁGRAFO ÚNICO - DEC. 57.651 DE 19.01.66.

PROCESSO INDEFERIDO

5967/80 - DIVINO GOMES DA SILVEIRA .....

PROCESSOS DEFERIDOS EM 12 DE AGOSTO DE 1980

FIRMA INDIVIDUAL

5070/80 - PEDRO DE OLIVEIRA .....  
 SEDE: Rua Cabral nº 1537 - Bairro Santa Teresinha - CORUMBÁ - MS.  
 5112/80 - J. CABRAL DA SILVA .....  
 SEDE: Av. da Integração s/n - Centro - ANAIS TÁCIO - MS.  
 5458/80 - HAMILTON FELIX RIBEIRO .....  
 SEDE: Rua Portfílio Gonçalves nº 1011 - Centro - RIO VERDE - MS.  
 5490/80 - SERGIO HENRIQUE OLIVEIRA .....  
 SEDE: Rua Juscelino K. de Oliveira nº 1340 Centro - ITAPORÁ - MS.  
 5610/80 - AUGUSTO CESAR ALBUQUERQUE MACIEL .....  
 SEDE: Rua Pedro Manvailer nº 1037 - Centro AMAMBAI - MS.  
 5752/80 - JOSÉ BEZERRA DA SILVA - MERCEARIA .....  
 SEDE: Av. Brasil s/n - Bairro Nova Esperança - RIO NEGRO-MS.  
 5976/80 - ADÃO VERÃO PERENTEL .....  
 SEDE: Rua 15 de Novembro nº 185 - Centro - CORUMBÁ - MS.  
 5978/80 - LUTFI MAHMUD AHMAD JABER .....  
 SEDE: Rua Frei Mariano nº 140 - Centro - CORUMBÁ - MS.  
 5987/80 - LISETE LOUZADA LEAL .....  
 SEDE: Rua Guacu nº 550 - Bairro Jaci - CAMPO GRANDE - MS.  
 5983/80 - OTAVIO LOPES FLORES .....  
 SEDE: Rua Jatoba nº 141 - Bairro Guanandy - CAMPO GRANDE - MS.  
 5984/80 - MARIA DA SILVA GARCIA .....  
 SEDE: Praça Dom Bosco nº 156 - Centro - ANAURILÂNDIA - MS.  
 5985/80 - MARIA DE LOURDES MACEDO DA SILVA .....  
 SEDE: Av. Brasil nº 1220 - Centro - ANAURILÂNDIA - MS.  
 5987/80 - ALCIMAR PEREIRA DOS SANTOS .....  
 SEDE: Rua Epitácio Pessoa nº 665 - Bairro Granja - PONTA PORÃ - MS.  
 5988/80 - MIGUEL ANGELO OJEDA .....  
 SEDE: Praça Presidente Dutra nº 97 - Centro - PONTA PORÃ - MS.  
 6010/80 - A. DOS SANTOS - MERCEARIA .....  
 SEDE: Rua Maria da Glória s/n - Bairro Jardim dos Estados - DOURADOS - MS.  
 6011/80 - ALDEMIRO PAIM .....  
 SEDE: Rua Getúlio Vargas nº 1770 - Bairro Vila Aurora - DOURADOS - MS.  
 6012/80 - ALFREDO DOS SANTOS BRANDAO .....  
 SEDE: Rua 9 nº 104 - Bairro Jardim Flórida - DOURADOS - MS.  
 6013/80 - ANTONIO ALVES F. DOS SANTOS .....  
 SEDE: Rua Bela Vista nº 1675 - Bairro Jardim Água Boa - DOURADOS - MS.  
 6015/80 - DALVA MENDES PERALTA .....  
 SEDE: Rua W 3 nº 409 - Bairro Jardim Água Boa - DOURADOS - MS.  
 6016/80 - DARCI PEDROSO ALMEIDA .....  
 SEDE: Rua Valdemiro do Amaral nº 266 - Bairro Vila Amaral - DOURADOS - MS.  
 6017/80 - ERMINDO COSTA - MERCEARIA .....  
 SEDE: Rua Marechal Rondon nº 735 - Bairro Parque das Nações I - DOURADOS - MS.

54 9 0003254 0	6018/80 - FLORENTINA SANTOS DOMINGOS ..... SEDE: Rua Santa Catarina nº 201 - Bairro Jardim Clímax - DOURADOS - MS.	54 1 0029177 0
	6019/80 - FRANCISCO ANTONIO DOS SANTOS ..... SEDE: Rua W 24 nº 600 - Jardim Água Boa - DOURADOS - MS.	54 1 0029178 8
	6021/80 - JOAQUIM ALMERINDO DE ALMEIDA ..... SEDE: Rua W 14 nº 645 - Jardim Água Boa - DOURADOS - MS.	54 1 0029179 6
	6022/80 - JOSÉ AMARO DO NASCIMENTO ..... SEDE: Rua Antonio Emilio de Figueiredo nº 837 - Vila Amaral - DOURADOS - MS.	54 1 0029180 0
	6023/80 - JOSÉ DO NASCIMENTO - DOCES ..... SEDE: Rua Projetação 6 nº 117 - Bairro Vila Hilda - DOURADOS - MS.	54 1 0029181 8
	6024/80 - JOSÉ LOURENÇO DA FONSECA ..... SEDE: Valdomiro do Amaral nº 620 - Bairro Jardim Lendrina - DOURADOS - MS.	54 1 0029182 6
	6025/80 - JOSÉ ROSA DA SILVA ..... SEDE: Rua 22 nº 1815 - Bairro Jardim Água Boa - DOURADOS - MS.	54 1 0029183 4
	6026/80 - MANOEL FAUSTINO DA SILVA ..... SEDE: Rua Cafelândia nº 1655 - Bairro Jardim Água Boa - DOURADOS - MS.	54 1 0029184 2
	6027/80 - MANOEL LEAL ..... SEDE: Rua Mediterraneo nº 194 - Bairro Jardim Itália - DOURADOS - MS.	54 1 0029185 1
	6028/80 - MARIA AZAMBUJA FERREIRA ..... SEDE: Av. Presidente Vargas nº 1176 - Centro - DOURADOS - MS.	54 1 0029186 9
	6029/80 - NIVALDO BAPTISTA RAMOS ..... SEDE: Rua W 22 nº 1700 - Jardim Água Boa - DOURADOS - MS.	54 1 0029187 7
	6030/80 - ODILA DE ALMEIDA ..... SEDE: Rua W 1 nº 888 - Jardim Água Boa - DOURADOS - MS.	54 1 0029188 5
	6031/80 - ORLANDO CHAMORRO BRANDÃO ..... SEDE: Rua 9 nº 323 - Bairro Jardim Florida I - DOURADOS - MS.	54 1 0029189 3
	6034/80 - ROSA MARIA DE ALMEIDA ..... SEDE: Rua 14 de Julho nº 2234 - Bairro Vila Santo André - DOURADOS - MS.	54 1 0029190 7
	6035/80 - TAKAO TOKURA ..... SEDE: Rua Bela Vista nº 563 - Bairro Vila Rigotti - DOURADOS - MS.	54 1 0029191 5
	6036/80 - LUIZ LOPES ..... SEDE: Rua Presidente Dutra s/n - Centro - DOURADINA - MS.	54 1 0029192 3
	6047/80 - MESSIA DILBERTO BASSO ..... SEDE: Rua Paraguay nº 961 - Centro - PONTA PORÃ - MS.	54 1 0029193 1
	6049/80 - SABINO ROTTILI ..... SEDE: Rua Prof. Severino Ramos de Queirós - nº 789 - Bairro Monte Libano - CAMPO GRANDE - MS.	54 1 0029194 0
	6054/80 - MERHEJ MOHAMAD YOUSSEF ..... SEDE: Rua Antonio Maria Coelho nº 28A - Centro - CORUMBÁ - MS.	54 1 0029195 8
	6056/80 - ARI ANTONIO KRAEMER ..... SEDE: Rua Peru s/n - Bairro Morumbi - ELDORADO - MS.	54 1 0029196 6
	6062/80 - BENEDITO GOMES DA SILVA ..... SEDE: Rua José Goulart Pereira nº 1301 - Bairro Interlagos - TRÊS LAGOAS - MS.	54 1 0029197 4
	6064/80 - JOSE LUIZ NOGUEIRA FILHO ..... SEDE: Av. Antonio Souza Queiroz nº 2055 - Centro - TRÊS LAGOAS - MS.	54 1 0029198 2
	<u>CONTRATO SOCIAL</u>	
	5505/80 - TECNIPLAN CONSULTORIA PLANEJAMENTO E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA ..... SEDE: Rua Joaquim Teixeira Alves nº 1564 Sala 5, 6 e 7 - Centro - DOURADOS - MS.	54 2 0010141 7
	5586/80 - CARVALHO & CARVALHO LTDA ..... SEDE: Rua Hayel Boni Faker nº 1455 - Bairro Jardim Água Boa - DOURADOS - MS.	54 2 0010142 5
	5604/80 - VAZ & COSTA LTDA ..... SEDE: Rua Pontal nº 430 - Bairro Santo André - COXIM - MS.	54 2 0010143 3
	5898/80 - ARAUJO & LEMOS LTDA ..... SEDE: Rua Dom Aquino nº 2232 - Centro - CAMPO GRANDE - MS.	54 2 0010144 1
	5966/80 - OSMAR LUIZ DOS SANTOS & CIA. LTDA ..... SEDE: Av. 25 de Novembro s/n - Centro - CA MAPUÃ - MS.	54 2 0010145 0
	5998/80 - MERCADO FERNANDES LTDA ..... SEDE: Rua Gomes Freire nº 179 - Bairro Santo Amaro - CAMPO GRANDE - MS.	54 2 0010146 8
	5999/80 - IRMÃOS BRANDÃO LTDA ..... SEDE: Rua Pilad Rebuá nº 945 - Centro - BO NITO - MS.	54 2 0010147 6
	6039/80 - CRAL COMÉRCIO DE RADIADES LTDA ..... SEDE: Rua Mato Grosso nº 1860 - Centro - DOURADOS - MS.	54 2 0010148 4

6040/80 - RIBEIRO & CIA LTDA .....  
SEDE: Rod. BR 80 Campo Grande/Rochedo - KM 73 - Bairro Fazenda São Marcos - ROCHEDO - MS.

6053/80 - ESTETO ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ENGENHARIA TOPOGRAFICA LTDA .....  
SEDE: Rua Manoel Antonio Paes de Barros nº 664 - Centro - AQUIDAUANA - MS.

6058/80 - AÇOUGUE CATARINENSE LTDA .....  
SEDE: Rua Sargento Zandoná s/n - Centro - MUNDO NOVO - MS.

6061/80 - MARTINES & CAVALO LTDA .....  
SEDE: Rua Principal s/n - Bairro Vila Marques - ARAL MOREIRA - MS.

ANOTAÇÃO

5375/80 - DORMEVIL CALAZANS DE SALLAS .....  
SEDE: Rua Pedro Celestino nº 850 - CAMAPUÃ-MS.

5376/80 - EVALDO MACHADO DA SILVA .....  
SEDE: Rua Pedro Celestino nº 709 - CAMAPUÃ-MS.

5377/80 - FUAD ALFREDO SABER - POSTO CAMAPUÃ .....  
SEDE: Rua Pedro Celestino nº 899 - CAMAPUÃ-MS.

6037/80 - EDSON PACHECO FELIX DA SILVA .....  
SEDE: Av. Principal s/nº - Bairro Vila São Pedro - DOURADOS - MS.

6038/80 - TAKU NISHIMURA .....  
SEDE: Rua Aral Moreira s/n - Centro - ITAPO RÃ - MS.

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

5062/80 - OSNALDO PEREIRA SOARES E CIA LTDA .....  
SEDE: Rua Campo Grande, s/nº - ANTONIO JOÃO - MS.

5110/80 - INCOBAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BATENTES LTDA .....  
SEDE: Av. Castelo Branco s/n - MUNDO NOVO - MS.

5480/80 - FÁBRICA DE LATICÍNIOS KARINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA .....  
SEDE: Vila Industrial de Jupia - TRÊS LAGOAS - MS.

5579/80 - TRANSCONTINENTE TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA .....  
SEDE: Rua Antonio Maria Coelho nº 1236 - Centro - CORUMBÃ - MS.

5952/80 - DEPÓSITO TERRUTA LTDA .....  
SEDE: Rua Treze de Maio nº 2942, 2950 e 2960 - CAMPO GRANDE - MS.

5956/80 - RIGO MARACAJU DIESEL LTDA .....  
SEDE: BR 267 - KM 0,5 - Rod. Maracaju/Rio Brilhante - MARACAJU - MS.

5958/80 - ANDES IND. E COM. REFRIGERAÇÃO CEREAIS IMP. EXP. LTDA .....  
SEDE: Av. Calógeras nº 1321 - Centro - CAMPO GRANDE - MS.

5963/80 - PINHEIRÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA .....  
SEDE: Av. Calógeras nº 1134 - Centro - CAMPO GRANDE - MS.

5979/80 - JACARÉ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA .....  
SEDE: Rua Frei Mariano nº 876 - Centro - CORUMBÃ - MS.

5993/80 - FÁBRICA DE FOGÕES VALUI LTDA .....  
SEDE: Rua Calógeras nº 1261 - Centro - PONTA PORÃ - MS.

6000/80 - HOTEL DOS CAMALOTES LTDA .....  
SEDE: Fazenda Três Barras - PORTO MURTINHO - MS.

6006/80 - COMACO COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO PEDRÃO LTDA .....  
SEDE: Av. José Heitor de Almeida Camargo nº 1084 - Centro - NOVA ANDRADINA - MS.

6043/80 - LAVA RÁPIDO ZOOLOGICO LTDA .....  
SEDE: Rua Major Capilé nº 2222 - DOURADOS - MS.

6044/80 - PENZO & CIA LTDA .....  
SEDE: Rua Joaquim Teixeira Alves nº 950 - Centro - DOURADOS - MS.

6055/80 - OHARA & CIA LTDA .....  
SEDE: Rua Sete de Setembro nº 698 - Centro - CORUMBÃ - MS.

SOCIEDADE POR AÇÕES

5961/80 - CEVÁL AGRÍCOLA S.A. .....  
SEDE: Rua Das Paineiras nº 875 - Bairro N. S. de Fátima - CAMPO GRANDE - MS.

5955/80 - BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A .....  
SEDE: Av. 25 de Novembro s/n - Centro - COSTA RICA - MS.

5962/80 - CEVAL ARMAZENS GERAIS S/A .....  
SEDE: Rua Das Paineiras nº 875 - Bairro N. S. de Fátima - CAMPO GRANDE - MS.

54 2 0010149 2 CANCELAMENTO  
5990/80 - AUREA BRANDÃO SAYD .....  
SEDE: Rua Rafael Bandeira Teixeira s/n - PONTA PORÃ - MS. 0229

54 2 0010150 6 DISTRATO  
5483/80 - AGRO MÁQUINAS TRÊS LAGOAS LTDA .....  
SEDE: Av. Capitão Olinto Mancini nº 2110 - Centro - TRÊS LAGOAS - MS. 0119

54 2 0010151 4 6045/80 - MIRANDA & GALEANO LTDA .....  
SEDE: Rua Dr. Nelson de Araujo nº 30 - Bairro BNH - 39 Piano - DOURADOS - MS. 0120

54 2 0010152 2 6050/80 - GUTIERREZ & OLIVEIRA LTDA .....  
SEDE: Rua Abrão Júlio Rahe nº 440 - Centro-CAMPO GRANDE - MS. 0121

1235 ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS  
5995/80 - ARMAZÉNS GERAIS UNIÃO AGRÍCOLA LTDA .....  
SEDE: Av. Teodoro Sativa s/n - BELA VISTA - MS. 0152

1236 EMANCIPAÇÃO  
1237 5977/80 - ADÃO VERÃO PERENTEL .....  
SEDE: Rua 15 de Novembro nº 185 - CORUMBÃ - MS. 0223

1238 ABERTURA DE FILIAL  
5062/80 - OSNALDO PEREIRA SOARES E CIA LTDA .....  
SEDE: Av. Eugênio Penzo s/n - Centro - ANTONIO JOÃO - MS. 54 9 0003263 9

2232 5579/80 - TRANSCONTINENTE TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA .....  
SEDE: Av. General Melo nº 171 - Centro - CAMPO GRANDE - MS. 54 9 0003264 7

2233 5952/80 - DEPÓSITO TERRUTA LTDA .....  
SEDE: Rua Paulo Tognini nº 310 - Bairro Jardim Paulista - CAMPO GRANDE - MS. 54 9 0003265 5

2234 5963/80 - PINHEIRÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA .....  
SEDE: BR 163 - KM 2 - CAMPO GRANDE - MS. 54 9 0003266 3

2235 4957/80 - AGROPLAN-AGRICULTURA E PLANEJAMENTO LTDA .....  
SEDE: Av. Costa e Silva nº 474 - sobreloja-CAMPO GRANDE - MS. 54 9 0003267 1

2236 4957/80 - AGROPLAN-AGRICULTURA E PLANEJAMENTO LTDA ..  
SEDE: Rod. BR 262 - KM 180 - Fazenda Pontal RIBAS DO RIO PARDO - MS. 54 9 0003268 0

2237 4957/80 - AGROPLAN-AGRICULTURA E PLANEJAMENTO LTDA ..  
SEDE: Rod. Ribas do R. Pardo/Camapuã KM 52- Fazenda Santa Madalena - RIBAS DO RIO PARDO - MS. 54 9 0003269 8

DOCUMENTOS EM EXIGÊNCIA  
EM 12 DE AGOSTO DE 1980

4212/80 - ILENA DE OLIVEIRA MENEZES .....  
5756/80 - MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS DELBA LTDA .....  
5885/80 - FAZENDA DO ACURIZAL LTDA .....  
5944/80 - CONSTRUTORA PRADO & FERNANDES ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA .....  
2238 5969/80 - IRMÃOS ANDRADE LTDA .....  
5972/80 - SEBASTIÃO MARÇAL VIEIRA .....  
5974/80 - ÓTICA SANTA LUZIA LTDA .....  
5986/80 - ORLANDO SERROU CAMY LTDA .....  
5989/80 - OFICINA MECÂNICA N. Sa. DO PERPÉTUO SOCORRO 5991/80 - CONSTRULAR - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA .....  
2240 5992/80 - GUAKININ INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA ..  
5994/80 - ADAIR SENA .....  
6003/80 - VALDEMAR ALVES DA SILVA .....  
6005/80 - MANOEL PEREIRA DE SOUZA .....  
6007/80 - FUNILARIA E PINTURAS ALVORADA LTDA .....  
6008/80 - TRANSMACO LTDA .....  
6014/80 - ANTONIO MONTEIRO DE SANTANA .....  
2243 6020/80 - HENRIQUE MIRANDA ROCHA .....  
6032/80 - PEDRO CABRERA LOPES .....  
6041/80 - AGRÍCOLA BRASIL LTDA .....  
6048/80 - ALDO PORFÍRIO DE MATOS .....  
6051/80 - ARQ ENGE LTDA - ARQUITETOS E ENGENHEIROS ASSOCIADOS .....  
2244 6052/80 - CONSTRUTORA BRASIL LTDA .....  
6057/80 - ELZA BATISTA FONSECA .....  
6060/80 - FARMÁCIA SÃO JUDAS TADEU LTDA .....  
2245

(\*) NOTA: CUMPRAS-SE ESTA EXIGÊNCIA NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, CONFORME ART. 78 E PARÁGRAFO ÚNICO - DEC. 57.651 DE 19.01.66.

0439 RETIFICAÇÃO por incorreção na publicação do Aviso de Edital de Tomada de Preços nº 13/80, efetuada no dia 18 do corrente: onde se lê "... do dia 13 de setembro de 1.980". Leia-se"... do dia 3 de setembro de 1.980".

0438

0440

**Parte III****Poder Judiciário****Tribunal de Justiça****EXTRATOS DE PORTARIAS**

BAIXADAS PELO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NO DIA 14 DE AGOSTO DE 1980.

Nº 343/80 - Concedendo 10 (dez) diárias, na importância de Cr\$ 31.923,00 (trinta e hum mil, novecentos e vinte e três cruzeiros), em virtude de seu deslocamento para atendimento de plantão nas férias forenses, para a Comarca de Jardim-MS., nos dias-01, 04, 08, 11, 15, 18, 22 e 29 de julho de 1980 e para a Comarca de Porto Murtinho-MS., nos dias 10 e 17 de julho de 1980, ao Dr. Oswaldo Rodrigues de Melo, Juiz de Direito da Comarca de Bela Vista-MS.

Nº 344/80 - Concedendo 01 (uma) cota de salário-família, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), com efeitos a partir de 13 de agosto de 1980, à Sra. Helena Soares Oliveira Carvajal, Técnico Judiciário, Classe "A", referência 36, servidora desta Secretaria.

Nº 345/80 - Concedendo 03 (três) diárias, na importância de Cr\$ 9.576,90 (nove mil, quinhentos e setenta e seis cruzeiros e noventa centavos), em virtude de seu deslocamento, em objeto de serviço, para a Comarca de Naviraí-MS., nos dias 04, 11 e 12 de janeiro de 1980, ao Dr. Alécio Antonio Tamiozzo, Juiz de Direito da Comarca de Amambai - MS.

Nº 346/80 - Concedendo 05 (cinco) cotas de salário-família, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) cada uma, perfazendo um total de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), com efeitos a partir de 13 de agosto de 1980, ao Sr. João Gualberto Quintaná, Oficial de Justiça da Comarca de Aquidauana MS.

Nº 347/80-Concedendo 08 (oito) diárias, na importância de Cr\$ 30.558,48 (trinta mil, quinhentos e cinquenta e oito cruzeiros e quarenta e oito centavos), em virtude de seu deslocamento, em objeto de serviço, para a Comarca de Ponta Porã - MS., nos dias 03, 04, 10, 11, 17, 18, 24 e 25 de julho de 1980, ao Dr. Alécio Antonio Tamiozzo, Juiz de Direito da Comarca de Amambai - MS.

Nº 348/80 - Concedendo 03 (três) diárias, na importância de Cr\$ 9.576,90 (nove mil, quinhentos e setenta e seis cruzeiros e noventa centavos), em virtude de seu deslocamento, em objeto de serviço, para a Comarca de Maracaju - MS., nos dias 09, 16 e 23 de julho de 1980, ao Dr. Alécio Antonio Tamiozzo, Juiz de Direito da Comarca de Amambai - MS.

**Departamento Judiciário Cível**

JULGAMENTOS designados para a próxima sessão ordinária da Egrégia Turma Cível, fluído o prazo previsto no artigo 552, parágrafo primeiro do Código de Processo Civil.

Agravio de Instrumento nº 177/80 - Capital - Classe II "t". Agravante: Camapuã - Empreendimentos Agropastoris Ltda. (Adv. Dr. Bonifácio Tsunetâme Higa). Agravada: Empresa Construtora Tangará Ltda. (Adv. Dr. Paulo Essir). Relator: Exmo. Sr. Des. Athayde Nery de Freitas.

Apelação Cível nº 139/80 - Aquidauana - Classe II "m". Apelante: Mário da Rocha Machado (Adv. Dr. José Rodolfo Falcão). Apelado: Izidro da Silva (Adv. Dr. Hilton Soelho de Brito Filho). Relator: Exmo. Sr. Des. Athayde Nery de Freitas.

Apelação Cível nº 62/80 - Aquidauana - Classe II "n". Apelante: Joel Bitencourt (Adv. Dr. Francisco Antonio Santos e Silva). Apelada: Regina Pacheco Anastácio (Advs. Drs. Cleusa Spínola e Ivan E. Trindade). Relator: Exmo. Sr. Des. Gervat Bergardino de Souza.

Apelação Cível nº 140/80 - Bataguassu - Classe II "o". Apelantes: Antonio Pereira Telles (Advs. Drs. Jadyr Mandacaru Guerra e Milton Corrêa de Moraes) e o Espólio de Antonia Batista de Lima (Advs. Drs. Acir Murad, Jair Luiz do Nascimento e Antonio Carlos Xavier). Apelados: Os mesmos. Relator: Exmo. Sr. Des. Athayde Nery de Freitas.

Departamento Judiciário Cível  
Campo Grande, 15 de agosto de 1980.

a) HELIO DE NARDO  
Diretor do Departamento

**AUTOS COM VISTA**

Agravio de Instrumento (Apelação Cível nº 89 - Capital - Classe II "o"). Agravante: Julião de Freitas (Advs. Drs. Fernando Freitas, Arlete Pereira

de Freitas, Gilcicleide Maria Alves e Godo Ianicelli Rodini). Agravada: Esso Brasileira de Petróleo S/A. (Adv. Dr. Rômulo Prado).

**DESPACHO:**

"Junte-se. Forme-se o instrumento. Com vista ao recorrido, pelo prazo legal, para, querendo, pedir a juntada de documentos ou o translado de peças. Intime-se. Campo Grande, 14/08/1980

a) Des. LEÃO NETO DO CARMO  
Presidente".

Departamento Judiciário Cível  
Campo Grande, 15 de agosto de 1980.

a) HELIO DE NARDO  
Diretor do Departamento

**Departamento Judiciário Criminal**

Acórdãos lidos e assinados na sessão ordinária da Turma Criminal, realizada aos 13 de agosto de 1980, sob a Presidência do Exmo. Sr. Des. Sergio Martins Sobrinho.

Habeas Corpus nº 189/80 - Classe A - Arq.. 02 - Camapuã - Impetrante: Dr. Lauro Takeshi Miyasato. Paciente: Pedro Celestino. Relator: Exmo. Sr. Des. Milton Malulei. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, acolhendo o parecer, denegaram a ordem". EMENTA - "HABEAS CORPUS" - PACIENTE PRESO EM FLAGRANTE - EXISTÊNCIA DE PRONÚNCIA - JÚRI NÃO REALIZADO - INOCORRÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO - JULGAMENTO JÁ EM PAUTA PARA PRÓXIMA REUNIÃO - CONSTRANGIMENTO NÃO CONFIGURADO - INTELIGÊNCIA DA LEI Nº 5.941 DE 22/11/73 - HABEAS CORPUS - DENEGADO. Não constitui constrangimento ilegal conservar-se na prisão reu preso em flagrante como incurso no art. 121, do Cód. Penal, já pronunciado, cujo julgamento não se realizou por não ter transitado em julgado a pronúncia, mormente quando, após formalizado o trânsito em julgado, o processo já está na pauta para a próxima reunião do Júri e o Juiz, na sentença de pronúncia, manteve a prisão. A lei nº 5.941, de 22/11/73, não se aplica em casos que tais.

Habeas Corpus nº 198/80 - Classe A - Arq. 68 - Dourados. Impetrante: Dr. José Marques Luiz. Paciente: Walter Teixeira. Relator: Exmo. Sr. Des. Milton Malulei. DECISÃO: "Por maioria de votos, contra o parecer, denegaram a ordem". EMENTA - INQUÉRITO POLICIAL - PRAZO PARA ENCERRAMENTO - INDICIADO PRESO - AUDIÊNCIA DE FLAGRANTE - DEVOLUÇÃO DO INQUÉRITO APÓS A PREVENTIVA PARA ULTIMAÇÃO DE DILIGÊNCIAS - EXCESSO DE PRAZO - INDICIADO MILITAR - INTELIGÊNCIA DO ART. 220 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR, COMBINADO COM O § 1º, DO ART. 46, DA LEI ESTADUAL Nº 3540 DE 28/06/74 (ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DE MATO GROSSO), COMBINADO COM O ART. 10 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Estando o militar detido pelo mesmo fato, por força do art. 220 do CPPM (Código de Processo Penal Militar) c/c o § 1º do art. 46 da Lei 3540 de 28/06/74 (Estatuto dos Policiais Militares de Mato Grosso), o excesso de prazo para ultimação do inquérito policial, após a decretação da prisão preventiva, não enseja constrangimento ilegal, dada a ausência de prejuízo, nem vulnera do art. 10 do CPP.

Habeas Corpus nº 201/80 - Classe A - Arq. 05 - Amambai. Pacientes: Luiz Moreschi e José Fernandes Lubian. Impetrante: Dr. Columbiano Cabral Saldaña. Relator: Exmo. Sr. Des. Milton Malulei. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, de acordo com o parecer, denegaram a ordem". EMENTA - "HABEAS CORPUS" - SONEGAÇÃO FISCAL - AÇÃO PENAL - AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO FISCAL E APURAÇÃO DO QUANTUM - JUSTA CAUSA - INTELIGÊNCIA DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 4.729/65. Na ação penal que visa apurar o delito de Sonegação Fiscal previsto pela Lei nº 4729/65, a ausência de representação da Autoridade Fiscal e do quantum devido não se constitui em falta de justa causa.

Habeas Corpus nº 209/80 - Classe A - Arq. 71 - Dourados. Impetrante e Paciente: Carlos Domingos Pereira. Relator: Exmo. Sr. Des. Leão Neto do Carmo. DECISÃO: "Negaram a ordem, unanimemente, de acordo com o parecer. Custas ex more". EMENTA - HABEAS CORPUS - EXCESSO DE PRAZO - FALHAS PROCESSUAIS. O excesso de prazo ocorrido na fase da instrução criminal, se capaz de configurar constrangimento ilegal, ficará sanado pelo advento da sentença condenatória, antes do julgamento do Habeas Corpus. A simples referência a falhas processuais, não demonstradas, não autoriza a concessão da ordem.

Habeas Corpus nº 230/80 - Classe A - Arq. 143 - Campo Grande. Impetrante e Paciente: Geraldo Quevedo Barbosa ou Carlos Eduardo Junqueira Júnior ou Geraldo José de Almeida. Relator: Exmo. Sr. Des. Leão Neto do Carmo. DECISÃO: "Não conhecem do pedido, à unanimidade de votos, de acordo com o parecer. Custas na forma da lei". EMENTA - "HABEAS CORPUS" - INCOMPETÊNCIA. É manifesta a incompetência deste Tribunal para conhecer de habeas corpus requerido por paciente preso e recolhido a estabelecimento penal do Estado

de S. Paulo, em cumprimento de mandado expedido por juiz deste Estado, atendendo à carta precatória de juiz criminal de uma das varas criminais da Capital daquele Estado.

Recurso em Sentido Estrito nº 065/80 - Classe I - Arq. 51 - Corumbá. Recorrente: Robert Alexander Lipton Júnior (Adv. Luiz Orro de Campos). Recorrida: A Justiça Pública. Relator: Exmo. Sr. Des. Milton Malulei. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, de acordo com o parecer, transformaram o julgamento em diligência, a fim de que no Juízo a quo, aprecie o juiz o recurso estrito sensu formulado pelo recorrente, no que se refere à fuga da prisão, depois da interposição da súplica, e para que as partes possam contra-arrasar as apelações interpostas". EMENTA - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - DOIS FUNDAMENTOS ALEGADOS - APENAS UM DELES APRECIADO - CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA PARA APRECIAÇÃO DO OUTRO FUNDAMENTO. O Recorrente recorreu em sentido estrito da decisão que julgou deserta a sua apelação pela fuga, devido de ter ingressado com a apelação e pelo não pagamento das custas. No Juízo a quo, apenas o relativo às custas fora apreciado, vulnerando-se as disposições do art. 589 caput e 589, § único, do CPP. Converte-se o julgamento em diligência para que, no Juízo a quo, aprecie o magistrado a outra parte alegada no recurso.

Recurso em Sentido Estrito nº 70/80 - Classe I - Arq. 69 - Dourados. Recorrente: Edson Barbosa (Dr. Josephino Ljacob). Recorrida: A Justiça Pública. Relator: Exmo. Sr. Des. Milton Malulei. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, de acordo com o parecer, negaram provimento ao recurso". EMENTA - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - INQUÉRITO POLICIAL - CRIME EM TESE A SER APURADO - JUSTA CAUSA PARA SUA INSTAURAÇÃO - TRANCAMENTO INDEFERIDO - DECISÃO DENEGATÓRIA DE HABEAS CORPUS MANTIDA - INTELIGÊNCIA DO ART. 648, Nº 1, DO CPP. O inquérito policial determinado por autoridade policial para esclarecer fatos apontados mediante requerimento, que representem crime em tese, não se reveste de ilegalidade, pois constitui simples forma de investigação, sendo inviável concessão de habeas corpus para seu trancamento, por inexistência de coação ilegal.

Apelação Criminal nº 31/80 - Classe J - Arq. 27 - Bataguassu. Apelante: A Justiça Pública. Apelado: Jaime Gold (Drs. Jonas Trevisan e Paulo Casseb). Relator: Exmo. Sr. Des. Milton Malulei. DECISÃO: "Por maioria de votos, negaram provimento ao recurso de acordo com o parecer, enquanto o 2º Revisor acolhia o apelo para condenar o réu nos termos do art. 16, combinado com o art. 36, da Lei nº 6.368/76, a 6 meses de detenção e 20 (vinte) dias-multa, à razão de Cr\$ 25,00 por dia, com surcis, pelo prazo de dois anos, sem condições especiais". EMENTA - APELAÇÃO CRIMINAL - DELITO DOS ARTIGOS 12 e 16 DA LEI Nº 6.368/76 - APREENSÃO DE "FOLHAS DE COCA" - DÚVIDAS QUANTO A SUA PROPRIEDADE TÓXICA - IMPOSSIBILIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA O ARTIGO 16 - FALTA DO EXAME DE DEPENDÊNCIA - PEQUENA QUANTIDADE APREENDIDA - USO COMO "CHÁ" - APELO DO MP IMPROVIDO. Havendo dúvidas quanto à propriedade tóxica das "folhas de coca", inclusive constantes do próprio laudo pericial, absolve-se o réu, mormente quando da pequena quantidade apreendida em seu poder, seja de se dar crédito à sua afirmação de que as usaria apenas sob a forma de infusão, vale dizer, como "chá", a exemplo do uso que delas se faz no país de origem, como digestivo. A pretendida desclassificação para o art. 16 da Lei nº 6.368/76, ainda que a título de beneficiar o réu, não se aplica, principalmente quando o réu, desde a Polícia, nega a condição de viciado ou dependente.

Apelação Criminal nº 135/80 - Classe L - Arq. 111 - Campo Grande. Apelante: Ari Ferreira (Dr. Wagner Crepaldi - 4º Def. Públ.). Apelados: A Justiça Pública e Assistente de Acusação. Relator: Exmo. Sr. Des. Milton Malulei. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, de acordo com o parecer, acolheram a preliminar arguida pelo relator, a fim de se transformar o julgamento em diligência, para que, na instância a quo, manifeste-se a assistência de acusação sobre o apelo interposto pelo réu". EMENTA - APELAÇÃO CRIMINAL - APELAÇÃO SUBSCRITA PELA DEFESA - FALTA DE MANIFESTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DA ACUSAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA - CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA. Havendo nos autos assistente da acusação regularmente admitida, necessariamente há de ser intimada para falar depois do MP, sobre a apelação interposta pela defesa. Subindo os autos com esse defeito, vale dizer, sem a manifestação da assistência da acusação, para o que nem fora intimada, converte-se o julgamento em diligência a fim de que no Juízo a quo seja sanada a irregularidade.

Apelação Criminal nº 136/80 - Classe L - Arq. 113 - Campo Grande. Apelante: Sebastião José Ferreira dos Santos (Dr. Wagner Crepaldi - 4º Defensor Públ.). Apelada: A Justiça Pública. Relator: Exmo. Sr. Des. Sergio Martins Sobrinho. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, contra o parecer, rejeitaram a preliminar de intempestividade do recurso, e, no mérito, acolhendo o parecer, anularam a sentença para que outra seja proferida na forma da lei". EMENTA - APELAÇÃO CRIMINAL - TÓXICOS - DUPLICIDADE DE RÉUS - SENTENÇA FINAL - TIPIFICAÇÃO DO DELITO DE CADA UM E TIPO DE PENA APLICADA - DECISÃO CONTRA A LEI - NULIDADE CARACTERIZADA - PROVIDA. Denunciados dois réus, por delito de tóxico, um deles apenável com sanção reclusiva, outro, com sanção detentiva, acaso o magistrado termine condenando ambos, estriba-se em dispositivo que combine pena detentiva, mas lhes aplica reclusão, operando dupla desclassificação, indevida e ilegal, causando irreparável nulidade da sentença. Provida.

Apelação Criminal nº 143/80 - Classe L - Arq. 11 - Coxim. Apelante: Edvaldo Monteiro Sandim (Dr. M.C. Lacerda). Apelada: A Justiça Pública. Relator: Exmo. Sr. Des. Sergio Martins Sobrinho. DECISÃO: "Por unanimidade de vo-

tos, de acordo com o parecer, negaram provimento ao recurso, corrigindo apenas a redação da parte final da sentença condenatória, que passa a ser a seguinte: "Resolvo fixar a pena base em 12 (doze) anos de reclusão, que diminuo de 2/3 (dois terços) o que importa em reduzi-la para 4 (quatro) anos de reclusão, mas que, em face das atenuantes admitidas pelo Egrégio Conselho de Sentença, ainda a diminuo para 3 (três) anos de reclusão, tornando-a como pena definitiva aplicada ao acusado Edvaldo Monteiro Sandim, e deverá ser cumprida na Penitenciária Estadual". EMENTA - APELAÇÃO CRIMINAL - DECISÃO CONTRA A PROVA DOS AUTOS - INSTRUÇÃO DO PROCESSO NO ENTANTO, QUE NÃO ASSOALHA AS RAZÕES DO RECURSO - IMPROVIDA. A decisão do Júri, para ser considerada contra a prova dos autos, exige flagrante desacordo entre as alegações sobre o fato e o entendimento manifestado pelo Conselho de Sentença ao responder a tese vitoriosa; por isso que, se a instrução do processo não assoalha as razões do recorrente, nega-se a possibilidade de se repetir o julgamento. Improvida.

Apelação Criminal nº 145/80 - Classe L - Arq. 64 - Dourados. Apelante: Francisco Rodrigues (Dr. João Ricco - 1º Def. Públ.). Apelada: A Justiça Pública. Relator: Exmo. Sr. Des. Pereira Rosa. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, de acordo com o parecer, negaram provimento ao recurso". EMENTA - JURI - INOBSEVÂNCIA DE CRITÉRIO TÉCNICO NA ELABORAÇÃO E VOTAÇÃO DE QUESITO - NÃO IMPUGNAÇÃO NAS OPORTUNIDADES DEVIDAS - MENORIDADE SE REFERE AO AGENTE E CONFESSÃO ESPONTÂNEA SE ADMITE QUANDO A AUTORIA DO CRIME É IGNORADA OU ATRIBUÍDA A TERCEIRO - APLICAÇÃO DE MEDIDA DE SEGURANÇA NO JUIZADO QUEM. O apelante não se apresentou espontaneamente e nem confessou delito de autoria ignorada ou atribuída a outro indivíduo (arts. 317-318 do CPP), nem era menor de 21 anos (arts. 48-I do CP) e sequer insano mental (art. 151 do CPP). Não há deficiência ou má elaboração de quesitos (art. 484 § único), que foram postos em 3 séries distintas, embora colocados fora de ordem, redigidos com a devida clareza, que não ensejou resposta duvidosa, nem mesmo quanto à alegada omissão de desdobramento nos termos do art. 22 do CP. Ademais, descebe nesta Instância recursal reexaminar hipóteses não questionadas em 1º Grau (arts. 479 e 486), máxime daquela que dependia da iniciativa do Ministério Públ., dado que ocorreu preclusão processual (art. 572).

Departamento Judiciário Criminal

Campo Grande, 14 de agosto de 1980.

a) Bel. IVAIR GOMES FERRO  
Diretor do Dejuduci.

Decisões proferidas na sessão ordinária da Turma Criminal, realizada no dia 13 de agosto de 1980, sob a presidência do Exmo. Sr. Des. Sergio Martins Sobrinho.

Habeas Corpus nº 225/80 - Classe A - C. 28 - Arq. 35 - Rio Brilhante. Impetrante: Ademir Alves da Silva. Paciente: O mesmo. Relator: Exmo. Sr. Des. Pereira Rosa. Decisão: "Por unanimidade de votos, acolhendo o parecer, denegaram a ordem".

Habeas Corpus nº 227/80 - Classe A - C. 04 - Arq. 79 - Dourados. Impetrante: Dr. Paulo Roberto Cortes. Paciente: Gilberto Firmino Cavalheiro. Relator: Exmo. Sr. Des. Higa Nabukatsu. Decisão: "Por unanimidade de votos, acolhendo o parecer, denegaram a ordem".

Recurso de Habeas Corpus nº 64/80 - Classe H - C. 04 - Arq. 77 - Dourados. Recorrente: O Juiz "Ex-Ofício". Recorrido: Edno da Silva Baroni (Dr. Jairo de Quadros Filho). Relator: Exmo. Sr. Des. Higa Nabukatsu. Decisão: "Por unanimidade de votos, acolhendo o parecer, denegaram a ordem".

Recurso de Habeas nº 65/80 - Classe H - C. 25 - Arq. 35 - Naviraí. Recorrente: O Juiz "Ex-Ofício". Recorrido: Deusdete Mário dos Santos (Dr. Wagner Rodrigues Costa). Relator: Exmo. Sr. Des. Milton Malulei. Decisão: "Por unanimidade de votos, acolhendo o parecer, negaram provimento ao recurso".

Apelação Criminal nº 157/80 - Classe L - C. 17 - Arq. 12 - Coxim. Apelante: João Antônio Inácio da Silva (Dr. Newton Barbosa). Apelada: A Justiça Pública. Relator: Exmo. Sr. Des. Pereira Rosa. Decisão: "Por unanimidade de votos, com o parecer, negaram provimento ao recurso. Custas ex lege".

Apelação Criminal nº 152/80 - Classe L - C. 29 - Arq. 05 - Rio Verde. Apelante: A Justiça Pública. Apelados: Castorino Gomes de Carvalho Neto (Dr. Jorcy Cardal Rangel), Sandro de Jesus (Dr. José Carlos Nava Arruda). Relator: Exmo. Sr. Des. Sergio Martins Sobrinho. Decisão: "Por maioria de votos, contrariando o parecer, negaram provimento ao recurso, enquanto o 1º Revisor, provia o apelo, quanto ao acusado Castorino Gomes de Carvalho Neto, e referentemente ao réu Sandro de Jesus, contra o parecer, por unanimidade de votos, negaram provimento à súplica".

Apelação Criminal nº 148/80 - Classe L - C. 08 - Arq. 44 - Três Lagoas. Apelantes: A Justiça Pública e Assistente de Acusação. Apelados: Aldemir Ferreira da Cunha, Olavo Pimentel de Mello Filho (Dr. Luiz Otávio Gottardi) e Agripino Raimundo Pereira (Dr. Luiz Barbosa da Fonseca). Relator: Exmo. Sr. Des. Sergio Martins Sobrinho. Decisão: "Por unanimidade de votos, acolhen-

do o parecer deram provimento ao recurso para que os acusados Aldemir Ferreira da Cunha e Olavo Pimentel de Mello Filho, sejam novamente submetidos a júri".

Apelação Criminal nº 155/80 - Classe L - C. 12 - Arq. 04 - Bela Vista. Apelante: A-Justiça Pública. Apelado: Ramão Ortega (Dr. Manoel Rodrigues Neigrão). Relator: Exmo. Sr. Des. Higa Nabukatsu. Decisão: "Por unanimidade de votos, com o parecer, deram provimento ao recurso, a fim de que o réu Ramão Ortega, seja submetido a novo julgamento".

Apelação Criminal nº 120/79 - Classe L - C. 03 - Arq. 39 - Corumbá: Apelante: Assistente de Acusação (Dr. Joilce de Araújo). Apelados: Gilmar Lopes Margarido (Dr. Walter Corrêa Cárcano), Joadir Pereira da Silva (Dr. Márcio Toufic Baruki) e João Bosco Sanábria de Carvalho (Dr. Virgílio de Almeida-D.P.). Relator: Exmo. Sr. Des. Sergio Martins Sobrinho. Decisão: "Por unanimidade de votos, acolhendo o parecer, deram provimento ao recurso, para, exarcebando a pena de cada um dos réus, fixar, a de Gilmar Lopes Margarido como segue: 5 anos, 6 meses e vinte dias de reclusão, pela infração do art. 155, parágrafos 1º e 4º, incisos I e IV do C.P. por furto qualificado e agravado por ter sido praticado durante o repouso noturno. Ainda, cumulativamente, a 3 anos e 4 meses pelo delito do art. 129, parágrafo 1º, inciso II, do C.P. (lesões corporais contra Platão Capurro dos Santos). Joadir Pereira da Silva e João Bosco Sanábria de Carvalho, como segue: 5 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão, pelo delito do art. 155, parágrafos 1º e 4º, incisos I e IV do C.P. (furto qualificado) (art. 155, parágrafo 1º do C.P.) e agravantes do art. 44, II, letras b e d do C.P., cassando-se o benefício da prisão albergue. O 1º Revisor, condenava ainda os réus, proporcionalmente nas custas".

Recurso em Sentido Estrito nº 69/80 - Classe "i" - C. 29 - Arq. 04 - Rio Verde. Recorrente: Francisco Cezário de Oliveira (Dr. Ricardo Trad). Recorrida: A-Justiça Pública. Relator: Exmo. Sr. Des. Sergio Martins Sobrinho. Decisão: "Por maioria de votos, de acordo com o parecer, negaram provimento ao recurso, enquanto o 1º Revisor anulava a denúncia por inepta".

Recurso em Sentido Estrito nº 72/80 - Classe "i" - C. 09 - Arq. 06 - Amambai. Recorrente: O Juiz "Ex-Ofício". Recorrido: João Maria de Moraes (Dr. Valentim Grava Filho). Relator: Exmo. Sr. Des. Pereira Rosa. Decisão: "Por unanimidade de votos, contra o parecer, deram provimento ao recurso para pronunciarem o réu João Maria de Moraes nas sanções do art. 121 "caput" do Código Penal, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal Popular do Júri, devendo permanecer em liberdade até o julgamento, face a sua primazia e bons antecedentes".

Recurso em Sentido Estrito nº 75/80 - Classe "i" - C. 25 - Arq. 33 - Naviraí. Recorrente: O Juiz "Ex-Ofício". Recorrido: Donato Soares de Souza (Dr. Wagner R. Costa). Relator: Exmo. Sr. Des. Pereira Rosa. Decisão: "Por unanimidade de votos, contra o parecer, deram provimento ao recurso para pronunciar o réu Donato Soares de Souza, nas sanções do art. 121, parágrafo 2º, incisos II e IV, combinado com o art. 44, inciso II, letras a e d, todos do Código Penal, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri".

Apelação Criminal nº 36/80 - Classe J - C. 08 - Arq. 48 - Três Lagoas. Apelante: Natalino Venceslau de Oliveira (Dr. Afonso Moreira de Queiroz - 1º Def. P.º). Apelada: A-Justiça Pública. Relator: Exmo. Sr. Des. Sergio Martins Sobrinho. Decisão: "Por unanimidade de votos, acolhendo o parecer, nos admitiram a preliminar de extinção da punibilidade pela prescrição, nos termos dos artigos 109, VI e 110, parágrafo único do Código Penal".

Departamento Judiciário Criminal  
Campo Grande, 14 de agosto de 1980.

a) Bel. Ivair Gomes Ferro  
Diretor do Dejucr

## CONCEPÇÕES DE 1ª INVESTIGAÇÃO

### EXPEDIENTE DO CARTÓRIO DO SEXTO OFÍCIO

JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL  
JUIZ: DR. MARCO ANTONIO CÂNDIA

ESCRIVÃ: SANDRA ALVES ELIAS

Proc. nº 74/79 Prestação de Contas  
A. Carlos Prestes de Macedo  
R. João Alves Galvão  
Adv. Americo Antonio Flores Nicolatti e Jairo F. Correa  
Remarco a A.I.J. para o próximo dia 06 de outubro, às 14:00 horas. I.

Proc. nº 442/80 Ordinária de Cobrança  
A. Eurípedes Catônio Tolentino  
R. Cecílio Jesus Gaeta  
Adv. Milton de França Moraes e Cleusa Spinola  
Remarco a A.I.J. para o próximo dia 05 de setembro, às 14:00 hs. Cite-se I.

Proc. nº 2012/79 Reintegração de Posse,  
A. José Ferreira Sandim e s/m  
R. Orlando Rodrigues de Almeida  
Adv. Gerson Ferreira da Silva; Euridice Celestino Malhado e João Pereira da Silva.

Portanto, se por um ângulo a discussão se torna impossível no âmbito possessório, a prova produzida por Ronaldo não auxilia em nada na demanda proposta, razão por que a ação deve ser julgada improcedente, como a julgo, ficando o A. condenado nas custas do processo e honorários que fixo em 10% sobre o valor da causa. P.R.I. Campo Grande, 01 de agosto de 1.980. (as.) Dr. Marco Antonio Cândia - Juiz de Direito da 6ª Vara Cível.

Proc. nº 15/79 Execução  
A. José Dias Ferraz  
R. Tiaçu Barém Cabral  
Adv. Osmar de Melo e Orlando O. Costa  
Diente da cota de fls. 23 vº decreto a extinção do feito. Arquivado. P.I. Campo Grande, 04.08.80. (as.) Dr. Marco Antonio Cândia - Juiz de Direito.

Proc. nº 988/79 Ordinária de Cobrança  
A. Sociedade Civil Consorcio Nacional Ford  
R. Nelson Cabreira Lopes  
Adv. José Rubens Vieira Nobre  
Decreto a extinção do processo por absoluta falta de interesse do A. Arquivado. P.I. Campo Grande, 04.08.80. (as.) Dr. Marco Antonio Cândia - Juiz de Direito da 6ª Vara Cível.

Proc. nº 1979/79 Ordinária de Redibitória  
A. Motéis Tudo Bem Ltda.  
R. Metalsul-Esquadrões e Estruturas Met. Ltda.  
Adv. Arnaldo Vicente Filho e Olimpio dos Santos Nascimento  
Diga sobre os honorários do perito.

Proc. nº 690/79 Usucapião  
A. Alcina Diogo Pereira  
R. Iaima de Moraes e outros  
Adv. Nivaldo de Paiva Coimbra, Marco Aurelio Bertoni, Josinori Higa, Olívio Ortigosa Justino, Adhemar M. Carvalho Filho.  
Especificuem querendo as provas que desejam produzir. Prazo: 5 dias. I.Cls

Proc. nº 1931/79 Embargos do Devedor  
Egte.: Jamil Bacha  
Egdo.: Burroughs Eletrônica Ltda.  
Adv. Marina Viana Bandeira Barbosa e Claudio Roberto Finati  
Assim, a hipótese se nos antolha como de excesso de execução, razão porque julgo os embargos PROCEDENTES em parte apenas para reduzir a execução à seguinte quantia: CR\$303.779,32 acrescida de juros legais a contratar-se da citação e mais a correção monetária contratada pela cláusula 3. letra b do contrato de novação e mais a quantia de CR\$859.205,89 acrescida de juros legais a partir da citação, prosseguindo-se a execução pelo total geral, ficando o Egte. condenado nas custas do processo e honorários que fixo moderadamente em 10% sobre a dívida em face da Egda. ter sofrido a redução na execução nos termos do julgamento profido na Apelação Cível nº 110, de Dourados, em 07.05.80, tendo como Re. o Des. Jesus de Oliveira Sobrinho com determinação para se prosseguir a execução com o abatimento. P.R.I. Campo Grande, 09 de agosto de 1.980. (as.) Dr. Marco Antonio Cândia - Juiz de Direito da 6ª Vara Cível.

Proc. nº 150/80 Execução  
A. Lauri Domingos Bortolini  
R. Delci Martinelli e outro  
Adv. René Siufi  
Diga o A. em 3 dias. I.Cls.

Proc. nº 609/79 Execução Hipotecária  
A. Apemat-Associação de Poupança e Empréstimo de Mato Grosso  
R. Rehuel de Almeida Sales e s/m.  
Adv. Yvon Moreira do Egito Filho  
Diga o A. em 3 dias. I.Cls.

Proc. nº 637/80 Execução  
A. Miguel Bacargi  
R. Emenco-Empreendimentos Eng. e Com. Ltda.  
Adv. Elias Fraiha e Jair dos Santos Pellicioni  
Prazo de 24 horas para o R. pagar a quantia de CR\$41.541,50 (Quarenta e um mil, quinhentos e quarenta e um cruzeiros e cinquenta centavos), referente ao pagamento do Principal, Juros, Honorários advocatícios e Despesa de Protesto e Custas processuais.

Proc. nº 422/80 Cautelar de Vistoria  
A. Edith Esmeralda Sotomayor Azambuja  
R. Alfredo Theotonio Pereira  
Adv. Erlio Natale Fretes e Alfredo T. Pereira e Epaminondas P. Filho.  
Manifestem-se as partes sobre a perícia.

Proc. nº 362/80 Despejo-Execução de Sentença  
A. Edith Esmeralda S. Azambuja  
R. Alfredo Theotonio Pereira  
Adv. Erlio Natale Fretes e Epaminondas A. P. Filho  
Diga a A. em 3 dias.

Proc. nº 443/80 Embargos de Terceiros  
Egte.: Dulce Mara Vanzo  
Egdo.: Lucio Henrique Melke Bittar  
Adv. Alvaro B. Oliveira e Luiz Claudio H. de Faria

Assim, considerando a prova documental e a própria confissão do Egdo. julgo PROCEDENTE o pedido para determinar a definitiva restituição do bem penhorado, em favor da Egte. tudo sob mandado, ficando o Egdo. condenado nas custas e honorários que fixo em 10% sobre o valor da causa P.R.I.Campo Grande, 04.08.80. (as.) Dr. Marco Antonio Cândia-Juiz de Direito da 6a.Vara Cível.

Proc.nº 750/79 Interdito Proibitorio

A. Maria Elízia Ferreira dos Santos  
R. Rachid Salomão

Adv. Milton de França Moraes

Diga a A. em 2 dias sobre seu interesse no feito. Silenciando, dar-se-á a extinção do feito.

Proc.nº 702/80 Medida Cautelar Inominada

A. Empresa Paulista de Cinemas Ltda. e outro

R. Empresa Teatral Peduti Ltda. e outros

Adv. Antonio Urbino Penna Jr. e Amendo de Barros Sobrinho.

1.Determino que o pedido de fls.149 e documentos até fls.158 sejam desentrambados dos autos e apensados em autos apartados nos termos do art.831 e seguintes do CPC.O Professor Humberto Theodoro Junior nos ensina o procedimento desse pedido:"A substituição reclama processo especial e será examinada e solutionada em autos apensados aos da medida cautelar decretada.Não pode o Juiz admiti-la sem prévia audiência da parte contrária,pois esta,como é óbvio,poderá ter objeções de ordem prática a fazer quanto à eficiência da cautela no caso concreto ou quanto à idoneidade ou suficiência da garantia oferecida.Pode até surgir um contraditório incidental que reclamarão provas como a documental (título de domínio,negativa de ônus,etc) e a avaliação do bem a caucionar.Isto tudo será processado sumariamente,conforme o rito dos arts.826 a 838,' mas de modo a resguardar a segurança do processo cautelar e a eficiência de seus objetivos".Processo Cautelar,pág.141.Cite-se o requerido para os efeitos do art.831 do C.P.C.Intime-se-o também para se manifestar sobre a contestação acostada. Em seguida,especifique provas,que rendo,no prazo de 3 dias.Campo Grande,14 de Agosto de 1.980.(as.)Dr. Marco Antonio Cândia-Juiz de Direito da 6a.Vara Cível.

Proc.nº 1397/79 Ord. de Indenização

A. Bitencourt Quintino de Souza

R. Waldemar Rodrigues Ferreira

Adv. Celso R. da Cunha e Gilcleyde Maria S.Alves

Diga a A. em 2 dias.Cls.

Proc.nº 455/79 Execução

A. Baziliza Silveira

R. Zélio de Oliveira

Adv. Aldemar de Oliveira Diniz

Diga a A. no prazo de 5 dias.Cls.

Proc.nº 667/80 Execução

A. Unibanco-Banco de Invest. do Brasil S/A

R. Comercial Eletro Luzo Ltda. e outros

Adv. Otto Steiner Junior

Diga a A. em 2 dias.Cls.

Proc.nº 523/80 Ord. de Rescisão de Contrato

A. Somar Ltda.

R. João Evangelo Vavas

Adv. Lucio Ribeiro de Sousa e João F. Volpe

Diga a A. no prazo de 10 dias.Cls.

Proc.nº 330/80 Embargos à Execução

Egde.: João Cavalcante Leão

Egdo.: Olion Ribeiro

Adv. Walter Ferreira e Luiz Carlos Saldanha Rodrigues

Assim entendendo,julgo os embargos improcedentes para determinar o prosseguimento da execução,ficando o Egte. condenado nas custas dos embargos e mais honorários que fixo em 20% sobre o valor da dívida ajuizada pelo credor.P.R.I.Campo Grande,01 de Agosto de 1.980.(as.)Dr. Marco Antonio Cândia-Juiz de Direito da 6a.Vara Cível.

Proc.nº 401/80 Execução

A. Wu Ching Yi

R. Galdino Pedro Halmenschlager

Adv. Olímpio dos Santos Nascimento.

Defiro a desistência,razão por que extinguo o processo. Aguarde-se a quitação das custas no arquivo,devolvendo-se os docs.só após seu pagamento.P.R.I.Campo Grande,12.08.80.(as.)Dr. Marco Antonio Cândia-Juiz de Direito da 6a.Vara Cível.

### Editais

#### COMARCA DE CAMPO GRANDE

##### EDITAL DE CITAÇÃO DE EUGENIA HATUSUSHI UTINO NO PRAZO DE 20(VINTE) DIAS

O DR. JOSE NUNES DA CUNHA, Juiz de Direito da 1a.Vara da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul , na forma da lei,etc...

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos da AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM REINTEGRACAO POSSE requerida por COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE MATO GROSSO DO SUL, contra EUGENIO HATUSUSHI UTINO (Proc.nº 375/80) que se processou perante este Juízo e Cartório do 1º Ofício, que em seu cumprimento e atendendo ao mais que dos autos consta, pelo presente edital que será afixado na sede deste Juízo e publicado na forma da lei, fica CITA-

DO a pessoa de EUGENIO HATUSUSHI UTINO para responder os termos da referida ação, sob pena de se prosseguir a sua revelia. Petição: EXMO.SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1a.VARA CIVEL DESTA COMARCA. A COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE MATO GROSSO DO SUL(COHAB-MS), empresa pública de Decreto-Lei nº 10, de 19 de janeiro de 1979, com sede nesta capital à Rua do Catete, nº 457, conj.212, Bairro Monte Líbano, inscrita no CGC/MF sob o nº 03.981.461/0001-80, por seu advogado e procurador que esta subscreve( doc. nº 1, anexo), vem respeitosamente perante V.Exa, propor, como de fato ora propõe, a presente AÇÃO DE RESCISÃO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL, cumulada com REINTEGRACAO DE POSSE contra EUGENIO HATUSUSHI UTINO, brasileiro solteiro, servidor particular, residente à Rua G, nº 104, no Conjunto Habitacional Bonança, nesta capital, pelas razões a seguir aduzidas: 1-A. A é legítima proprietária, por suslair do Estado de Mato Grosso(COHAB-MS), entre outras, da casa residencial determinada pelo nº 104, da quadra nº 25, na Rua G, composta de sala, 2 quartos, cozinha e banheiro, e respectivo terreno, integrante do Conjunto Habitacional Bonança, nesta capital (doc.2, anexo), implantado com recursos do Sistema Financeiro da Habitação Popular, através do Banco Nacional de Habitação(BNH), para venda a candidatos com renda familiar de até 5(cinco) salários-mínimos, tendo sido atribuída ao réu a unidade supra mencionada. 2-Enquanto se processava a apuração dos custos finais da construção, a elaboração do plano de comercialização e sua aprovação pelo BNH, foi o réu imitido na posse pré-cária do imóvel acima citado, mediante assinatura de um termo de ocupação com Opção de Compra(doc.nº 3, anexo) pelo qual o réu se comprometeu a pagar uma taxa mensal de ocupação de Cr\$ 492,13 bem como a instalar-se na referida unidade no prazo de 10(dez) dias a contar da respectiva assinatura, obrigando-se ainda a zelar por sua conservação e manutenção. 3-Entretanto, o réu jamais tomou posse da mencionada unidade residencial desvirtuando a finalidade estritamente social com que foi edificada, reservando-a, certamente para fins especulativos, e impedindo a sua destinação a candidatos realmente necessitados, que figuram em extensas listas de espera nos registros da COHAB-MS. 4-Vê-se dest'arte, que o réu infringiu as obrigações estabelecidas no questionado Termo de Ocupação com Opção de Compra, especialmente da condição nº 1 de sua cláusula sétima, dando ensejo, assim, a decretação se sua rescisão, de pleno direito, e consequente retomada do imóvel pela Autora. Isto posto, requer a A. a V.Exa se digne determinar a citação do réu para responder aos termos da presente e acompanhá-la até final sentença, contestando-a, querendo, sob pena de revelia, e para ver declarada a procedência, do pedido, com a rescisão do Termo de Ocupação por ele firmado em 20/12/78. Requer ainda que, decretada a rescisão do mencionado instrumento pré-contratual seja a A. em consequencia reintegrada na posse plena do imóvel objeto do aludido termo de Ocupação com compra. Requer, finalmente, a condenação do réu nas custas do processo, honorários de advogado e demais cominações de direito. Protesta provar o alegado pelos documentos que esta acompanham, de pôimento do réu, testemunhas, perícias e demais meios de prova em direito admitidos. Dá-se a esta o valor de Cr\$ 135.925,83. Nestes termos, P.e E.Deferimento. Campo Grande, 13 de maio de 1980. Oswaldo Barbosa de Almeida - Advogado OAB/MS 1.635 CPF 075.243.151-04 - endereço p/intimação Rua do Catete,457, conj. 212-Monte Líbano NESTA: EXMO.SR.DR.JUIZ DE DIREITO DA 1a.VARA CIVEL DA COMARCA DA CAPITAL. COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE MATO GROSSO DO SUL(COHAB-MS), nos autos do processo nº 375/80, de AÇÃO DE RESCISÃO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL cumulada com REINTEGRACAO DE POSSE que por esse Douto Juízo, e Cartório do 1º Ofício,Cível, move a EUGENIO HATUSUSHI UTINO, face a certidão exarada pelo Senhor Oficial de Justiça as fls.17vº, e as informações ali contidas que comprovam a não utilização do imóvel pelo réu, vem mui respeitosamente por seu advogado e procurador que esta subscreve, requerer a V.Exa, se digne determinar a expedição, a favor da Requerente, de mandado de reintegração liminar na posse do imóvel, valendo o mesmo contra terceiros eventuais ocupantes, bem como a citação do réu por editorial, na forma da lei. Termos em que P. e E. Deferimento. Campo Grande, 28 de maio de 1980. Oswaldo Barbosa de Almeida - Advogado. Despacho do Juiz às fls.18.N.A. Face à circunstância aqui exposto, defiro com o prazo de 10 dias para desocupação. Dr. José Nunes da Cunha aos vinte e oito dias de maio de hum mil novecentos e oitenta . Art.285 do CPC não sendo contestada a ação se presumirão aceitos pelo réu como verdadeiros os fatos articulados pelo autor e para que chegue ao conhecimento de EUGENIO HATUSUSHI UTINS e no futuro não alegue ignorância mandei expedir o presente editorial que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, aos dezessete dias do mês de junho do ano de 1980. Eu, (a) Idé Sabala Carvalho, Escrivã do Cartório do primeiro Ofício o fiz datilografar e subscrevi. (a) Dr. José Nunes da Cunha - Juiz de Direito da 1a.Vara Cível. (Cr\$ 2.948,00-G. -I)

##### EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA -PRAZO DE 90(NOVENTA) DIAS

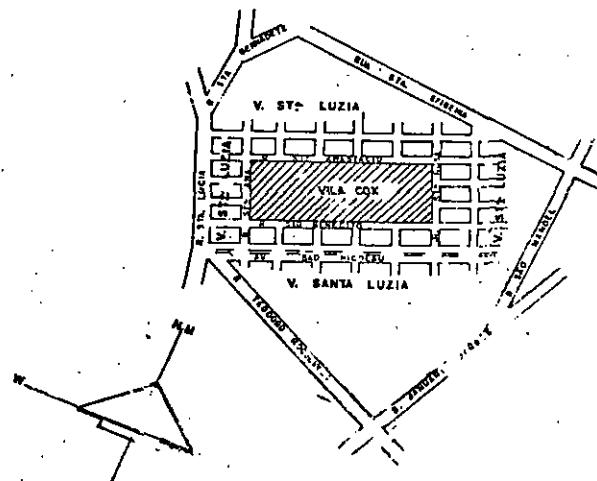
O Dr. NILDO DE CARVALHO, Juiz de Direito da Terceira Vara da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma da Lei,

F A Z S A B E R aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem expedido nos Autos de Ação de PROCESSO CRIME requerida pela JUSTIÇA PÚBLICA contra FLORISVAL PEREIRA DA SILVA (Proc n° 9224/79) que se processou perante este Juízo e Cartório do 3º Ofício, que em seu cumprimento e atendendo ao mais que dos autos consta, pelo presente Edital que será afixado na sede deste Juízo e publicado na forma da Lei, fica DEVIDAMENTE INTIMADA a pessoa de FLORISVAL PEREIRA DA SILVA dos termos da sentença prolatada nos autos supra referidos, conforme parte final da mesma: Vistos, etc...Diante do exposto, julgo PROCEDENTE a denúncia e condeno FLORISVAL PEREIRA DA SILVA nas penas do "Caput" do artigo 155 do Código Penal, e atendendo a inexistência de provas de possuir maus antecedentes, apesar de não possuir boa personalidade, as circunstâncias, motivos'

e consequências do crime, bem como da intensidade do dolo, fixo a pena no mínimo legal, qual seja de 01(um) ano de reclusão e a substituto pela de detenção, por não ter a vítima obtido prejuízo, ante o recebimento dos objetos subtraídos, tornando-a definitiva por não haver circunstâncias que a aumente ou diminua. Condeno-o, no pagamento da multa de Cr\$1.000,00 (hum mil cruzeiros). Expeça-se mandado de prisão. Preso, recomendo-o à Cadeia Pública local. Isento-o das custas. P.R.I. Campo Grande, 22 de Janeiro de 1980. (a) Dr. Nildo de Carvalho - MM. Juiz de Direito da 3a. Vara Criminal. Para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém alegue ignorância, foi expedido o presente Edital de intimação de sentença - prazo de 90(noventa) dias, que será afixado no lugar de costume até a data do decurso do prazo nele estipulado. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, aos 12 (doze) dias do mês de Agosto (08) do ano de mil novecentos e oitenta (1980). Eu(a) Osmar Felinto de Melo, Auxiliar Judiciário, o subscrevo. Juiz de Direito Dr. Nildo de Carvalho - Juiz de Direito da 3a. Vara Criminal, (JG-RC)

## EDITAL

OSCAR SALAZAR MOURA DA CRUZ, OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA 19 CIRCUNSCRIÇÃO DA COMARCA DE CAMPO GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA FORMA DA LEI ETC...



FAZ SABER que foram apresentados neste Registro de Imóveis, para exame de interessados, de conformidade com o Art.18 da Lei 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 publicada no Diário Oficial da União, em 20 de dezembro de 1979, o memorial, planta aprovada pela Prefeitura Municipal desta cidade em 10/01/80, processo nº 40.362/79, certidões e todos os demais documentos relativos ao loteamento "VILA COX", com a área de 149.599,6868m<sup>2</sup>, composto de 14(quatorze) e 01 (uma) áreas verdes e as ruas correspondentes, que ocupam as seguintes áreas: 93.600,0000 mts<sup>2</sup>; - 39.200.0000 mts<sup>2</sup>; - e 16.799,6868mts<sup>2</sup>, respectivamente imóvel esse que se acha matriculado sob nº 33.519, ficha nº 01 do livro nº 02, compreendido dentro dos seguintes perímetros:- Começa na estaca 01, no alinhamento na Rua Sto. Anastácio, com o rumo magnético de 50915'NE e na distância de 680,00ms, até a estaca 2, no alinhamento da Santa Rosa com o rumo magnético 39945'SE e uma distância de 220,00 ms. até a estaca 3, no alinhamento da Rua São Benedito com o rumo magnético de 50915'SE e numa distância de 680,00 ms. até a estaca 04 no alinhamento da Rua Santa Ana, com o rumo magnético 39945'NW e uma distância de 220,00 ms. Fechando o perímetro:- CONFRONTAÇÕES:- ao Norte, com Rua Santo Anastacio;- Sul, com Rua São Benedito;- Nascente com Rua Sta. Rosa e ao Poente, com a Rua Sta. Ana;-de' propriedade do Sr. Milton Cox residente nessa cidade, à Rua Mal Rondon nº 559 portador do CPF nº 003.603.411/87 para efeito de decorrido o prazo de 15(quinze) dias, contados da última publicação do Diário Oficial do Estado e na ausência de qualquer impugnação de terceiros, proceder ao competente registro nos termos do art.19 da referida Lei. Dado e passado nesta cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, aos trinta e um dias do mês de julho de 1.980 (mil novecentos e oitenta). (a) O Oficial do Registro-Oscar Salazar Moura da Cruz (Cr\$ 2.412,00-G.1645-W).

## EDITAL DE CITAÇÃO DA SRA. ALAIDE CORREA CASTRO, COM O PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS.

O Doutor AMILCAR SILVA Juiz de Direito da 29 Vara da Comarca de Campo Grande Estado de Mato Grosso do Sul, na forma da Lei,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos da Ação de Divórcio requerida por João Batista Castro contra Alaide Correa Castro (Proc.nº 590/80) que se processou perante este Juízo e Cartório do 29 Ofício, que seu cumprimento e atendendo ao mais que dos autos consta, pelo presente edital que será afixado na sede deste Juízo e publicado na forma da lei, fica CITADO a pessoa de ALAIDE CORREA CASTRO para responder os termos da referida ação, sob pena de se prosseguir à sua revelia. Petição: Exmo Sr.Dr.Juiz de Direito da 29 Vara Cível desta Comarca. João Batista Castro, brasileiro, desquitado, do Comércio, residente e domiciliado na Rua Tercilio de Melo nº 468, no Bairro

Manoel Taveira, nesta Capital, por seu bastante procurador abaixo firmado devidamente inscrito na OAB-MS sob o nº 1373, com escritório na Rua 13 de Maio nº 2.832 sala 05, fone 624-6393, nesta Capital, representa-se meu respeitosamente, perante Vossa Excelência para expor o seguinte: a) Aos 23 de abril de 1.976, pela sentença homologatória, proferida nos autos de desquite nº 100/76, desta Vara, que se encontram devidamente arquivados, obteve seus desquites por mútuo consentimento; b) Que, segundo o art.42 da Lei do Divórcio, as sentenças já proferidas em causas de desquite são equiparadas, para os efeitos daquela Lei, às de separação judicial; c) Quando decorrido o prazo superior a três anos, realizada a partilha nos próprios autos e cumpridas as obrigações assumidas naquele acordo, adquiriu o requerente o direito a ter convertida sua separação judicial em Divórcio. Por isto: Requer a V.Exa., nos termos do art.35 da lei nº 6.515 de 26 de dezembro de 1.977 a conversão daquela separação judicial em divórcio, determinando a citação do outro cônjuge ALAIDE CORREA CASTRO, por edital, uma vez que, a mesma encontra-se em lugar incerto e não sabido, para querendo contestar a ação. Nestes Termos. Aguarda Deferimento. Campo Grande, 04.07.80 Dr. Araken F. Mendonça - Advogado DESPACHO DO MM.Juiz de Direito:- Cite-se, o prazo de 15 dias p/contestar ou impugnar o pedido querendo. C.Grande, 12.08.80 Dr. Amilcar Silva-Juiz de Direito. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, aos treze dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e oitenta. Eu (a) Escrivão do Cartório do 29 Ofício, subscrevo.(a) Dr. Amilcar Silva-Juiz de Direito. (CR\$ 1.675,00-G-1650-W).

## EDITAL DE CITAÇÃO DE TEREZA IZAMBRANDE ESPÍNDOLA, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

O Doutor GILBERTO DA SILVA CASTRO, Juiz de Direito da 3a Vara Cível desta Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma da lei, etc...

FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo e Cartório do 39 Ofício, se processam os autos nº 425/80 de Divórcio requerido por Ataíde Alves Espíndola c. contra Tereza Izambrande Espíndola, nos quais foi deferido a expedição do presente, que será publicado e afixado como de costume, CITA, a TEREZA IZAMBRANDE ESPÍNDOLA, para responder os termos da referida ação, sob pena de se prosseguir à sua revelia (edital, resumido, conforme art.155 do CPC), o qual deverá comparecer no Edifício do Forum Cível, sito à Av.Calógeras nº 616, no dia 23 de setembro às 14:30 horas, para participar da audiência de conciliação, ficando o réu citada para contestar a ação, no prazo de 15 dias, contados a partir da data designada para audiência, caso não compareça. E para que ninguém possa alegar ignorância, determinou o MM. Juiz que se expedisse edital que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, aos quatorze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta. Eu,(a) p/Escrivão fiz datilografar, conferi e subscrevo. (a) Dr. Gilberto da Silva Castro - Juiz de Direito da 3a.Vara Cível. (Cr\$ 1.139,00-G.1655-I)

## Comarca de Aquidauana

## EDITAL DE PRAÇA E EVENTUAL LEILÃO PRAZO DE 10 DIAS

O Dr. PAULO TADEU HAENDCHEN,MM.Juiz de Direito da 29 Vara da Comarca de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos autos nº 1014/76 de EXECUÇÃO FISCAL em que é requerente FAZENDA NACIONAL e requerido FUMIO ARAKAKI, em trâmite por este Juízo e Cartório do 49 Ofício, que no dia 30 de setembro de 1980 às 13:30 horas, à porta principal do Edifício do Forum local, sito à Praça Afonso Pena, S/Nº, o porteiro dos auditórios levárá a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der e maior lance oferecer igual ou a cima da avaliação que é de CR\$-5.900,00 (Cinco mil, e novecentos e cinquenta mil cruzeiros), os seguintes bens penhorados, pertencentes ao executado FUMIO ARAKAKI, a seguir transcritos: Uma balança marca "Dauton", cbr vermelha, capacidade de 15 quilos, não estando em funcionamento, mas em bom estado de conservação; Um relógio de parede, marca "Schatou", com vinte (20) anos de uso, em bom estado de conservação. Outrossim se não haver licitante fica desde já designada a data de 30 de outubro de 1980, às 13:30 horas, no mesmo local, para a realização do eventual leilão público a quem mais der. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz que se expedissem o presente, que será publicado uma vez pela Imprensa Oficial do Estado e duas vezes no jornal local, e afixado nos lugares de estilo e costume. Pelo presente fica intimado o executado de designação supra, caso não seja localizado para a intimação pessoal. O QUE SE CUMPRA, COM TODAS AS CAUTELAS E FORMALIDADES LEGAIS". Dado e passado neste cidade e Comarca de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul, aos quinze dias do mês de julho do ano de hum mil novecentos e oitenta. Eu (a) Lucília dos Reis, Auxiliar Judiciário, que o datilografiei e subscrevo.(a) Dr. Paulo Tadeu Haendchen-Juiz de Direito da 29 Vara. (JGW).

## Comarca de Paranaíba

## EDITAL DE CITAÇÃO DA HERDEIRA LUIZA FERREIRA DA SILVA, CASADA COM JERÔNIMO MARIANO DA SILVA, NOS AUTOS DE INVENTÁRIO DOS BENS DEIXADOS POR FALECIMENTO DE DIMAS MARIANO.

O DR. VALTER JOSE RODRIGUES CONTRERA , Juiz de Direito da 1a.Vara da Comarca de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma da lei,etc...

PELO PRESENTE expedido nos autos de inventário dos bens dei

xados por falecimento de DIMAS MARIANO, no qual figura como inventariante OLÍDIA CONCEIÇÃO DA SILVA, em curso por este Juiz e Cartório do 2º Ofício, CITA a herdeira LUIZA FERREIRA DA SILVA, casada com JERONIMO MARIANO DA SILVA, para no prazo da lei, fazer-se representar no referido inventário sob pena de revelia e considerar-se citada para todos os atos do mesmo até final sentença, cuja primeira declaração vai abaixo transcrita: Aos (19) dezenove dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta(1980), nesta cidade e Comarca de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, em a Sala das audiências, onde presente se achava o MM. Juiz de Direito da la.Vara, Exmo.Sr.Dr.Valter Jose' Rodrigues Contrera, comigo escrivão de seu cargo adiante indicado e que esta subscrevo, compareceu D.Olidia Conceição da Silva, brasileira, viúva, do lar, residente nesta cidade, na pessoa de seu advogado e procurador D.Diogo Robalinho Queiroz, brasileiro, solteiro, residente nesta cidade, e pela mesma, na forma representada foi dito que tendo prestado o compromisso legal de inventariante dos bens deixados por falecimento, de Dimas Mariano, vem prestar as primeiras declarações, o que ora faz pela forma e maneira seguinte: Que o "de cujus" Dimas Mariano, brasileiro, faleceu nesta cidade aos 63 anos de idade, no dia 15 de maio de 1980, e que era casado sob o regime de comunhão de bens em primeira nupcias com a inventariante Olídia Conceição da Silva; Que "de cujus", Dimas Mariano, deixou os seguintes herdeiros e bens a inventariar: 1) Olídia Conceição da Silva, viúva meia, residente neste município; 2) José Mariano da Silva, menor, com 16 anos de idade, residente neste município; 3) Francisco Mariano da Silva, com 20 anos de idade, lavrador, residente neste município; 4) Jerônimo Mariano da Silva, lavrador, residente neste município, casado com Luiza Ferreira da Silva, doméstica, residente em lugar incerto e não sabido. 5) Sebastião Mariano da Silva, solteiro, lavrador, residente neste município, 6) Dirce Conceição da Araújo, doméstica, casada com Geraldino Ferreira de Araújo, lavrador, residente neste município; 7) Iravam Mariano Inácio, casada com José Inacio, a qual faleceu anteriormente ao pai, deixando uma única filha Aparecida de Fátima Mariano; 8) Guilhermina Mariano da Costa, doméstica, casada com Benecio Lemes da Costa, lavrador, residente neste município; BENS - Um lote de terreno com a área de 400 m<sup>2</sup>, medindo 20x20 metros, denominado parte do lote 13 da Quadra 143 localizada na rua Onze, Vila Santo Antonio, nesta cidade, confrontando-se ao Norte, com o lote nº 11; a Sul com a mencionada rua, ao Nascente com o restante lote nº 137 e ao Poente: como o lote nº 14, devidamente transrito sob nº R.1.1.770 por ficha do livro nº 02 do Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca; Um lote de terreno, parte do lote nº 13 da quadra 143 com a área de 200 m<sup>2</sup>, medindo 10x20 metros, localizado na rua Onze, Vila Santo Antonio, nesta cidade, confrontando-se ao Norte, com o lote nº 11; ao Sul, com a mencionada rua; ao Nascente com o lote 13; e ao Poente, com o restante lote 13; transrito sob nº R.1.1758 por ficha do livro 02 do Registro de Imóveis desta Comarca; Um gleba de terras com a área de 24,20,00 hectares, situada no imóvel "Serra", neste município, devidamente dívida, havida por compra feita a Luiz Alves Ferreira e sua mulher, por escritura pública de compra e venda lavrada nas notas de 29 Tabelião desta Comarca, em 12/julho/1978, as fls. 16 e fls.33 do livro 116 e devidamente transcrita sob nº R-1.2784 por ficha do livro 02 do Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca e cadastrada no INCRA sob nº 909 041 008 710 com a área de 24,1 módulo 90, nº de módulo 0,27 e fração mínima de parcelamento 24,2. Cem mil cruzeiros depositado a prazo fixo, na agência do Banco Financial S/A, agência desta cidade, sobre o qual vence juros de 6,20 e Correção Monetária de 3,4 conforme recibo de depósito à prazo fixo nº 03216, emitido em 27 de agosto de 1979. Dívidas Ativas e Passivas: Inexistem. Requer a inventariante a juntada dos documentos em anexo bem como a citação da mulher de Jerônimo Martins da Silva que se encontra em lugar incerto e não sabido. Que são essas as declarações que ora presta, protestando todavia por ulteriores que ainda não seja de seu conhecimento ou por qualquer outro motivo. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Paranaíba-MS, aos 19 dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta(1980). Eu,(a) Oder.Pereira Lopes, escrevente juramentado que o datilografei e subscrevi. (a) Dr.Valter Jose' Rodrigues Contrera - Juiz de Direito, e pp.Dr.Diogo Robalinho Queiroz-advogado. E, constando dos autos que a herdeira LUIZA FERREIRA DA SILVA, brasileira, doméstica, reside em lugar incerto e não sabido, pelo qual fica a mesma CITADA para no prazo da lei, habilitar-se nos autos sob pena de revelia; e considerar-se citada e intimada para todos os atos do referido inventário até final sentença. E, para que chegue ao conhecimento de todos interessados e ninguém possa alegar ignorância mandou expedir o presente que será publicado na forma da lei. Dado e passado neste cidade e Comarca de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, aos trinta(30) dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta.(1980). Eu,(a) Oder.Pereira Lopes, escrevente juramentado que o datilografei e subscrevi. (a) Dr.Valter Jose' Rodrigues Contrera - Juiz de Direito da la.Vara.

(Cr\$ 4.020,00-G.1640-I)

#### Comarca de Amambai

EDITAL DE CITAÇÃO DE HEITOR MARTINS DA SILVA E SUA MULHER IZOLINA MATOS DA SILVA - PRAZO DE 20 DIAS - AUTOS Nº 146/80 - EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA COM GARANTIA HIPOTECÁRIA.

O Doutor AÉCIO ANTONIO TAMIOZZO MM Juiz de Direito da Comarca de Amambai Estado de Mato Grosso do Sul, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER aos que presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que, pelo presente, fica citado HEITOR MARTINS DA SILVA E SUA MULHER dos termos da Petição inicial abaixo transcrita: Exmo Sr.Dr.Juiz de Direito desta Comarca de Amambai-MS., Pedro Antunes, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado nesta cidade, por seu procurador firmático da presente, "ut" instrumento incluso, com escritório sito à Av.Pedro Manoel, 53, nesta cidade, onde recebe intimações, respeitosamente vem perante V.Exa., propor, como efetivamente propõe, a presente Execução por Quantia Certa com garantia Hipotecária, contra Heitor Martins da Silva e

sua mulher Izolina Matos da Silva, brasileiros, casados, ele do comércio, ela do lar, atualmente em lugar incerto e não sabido, face aos fundamentos e razões que passa a expor; ol. É credor dos executados, da importância de Cr\$-1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), representada pela clausa escritura pública de confissão de dívida, lavrada no livro 18, fls 174, pelo Tabelião do Cartório do 19 Tabelionato desta Comarca, em data de 18 de abril de 1.980. 02. Consoante se infere pela referida escritura, os executados, para garantirem a dívida que venceu em 18 de julho próximo passado, deram em primeira única e especial hipoteca, os seguintes bens : a)- Lote letra "C" do quarteirão nº 06, medindo 12,50x25 metros de frente aos fundos situado nesta cidade, com as demais características e confrontações constantes na matrícula nº 660-R-2 e 7; b)-Sete oitavos (7/89) e 23 has. 4.795 m<sup>2</sup> (vinte e três hectares e quatro mil setecentos e noventa e cinco metros quadrados), do imóvel rural denominado ITAPOTY, situado neste município, com as demais características e confrontações constantes na matrícula nº 4.884-R-1 e 2, do CRI desta Comarca. 03-De conformidade com a cláusula sétima da escritura de confissão de dívida, as partes estipularam em Cr\$-1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), o valor dos bens hipotecados, para efeitos de execução. 04. Isto Posto, requer a V.Excia., se digna tomar efetiva a penhora dos bens hipotecados, citando posteriormente os executados para saldarem o principal, juros moratórios custas processuais e honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da dívida (cláusula 29 da escritura), sob pena de ditos bens serem levados à venda em hasta pública ou mesmo adjudicados pelo Exequente, pelo preço previamente estipulado na constituição da hipoteca. N.Terms P. e E. Deferimento. A. 21 de julho de 1.980 (a) Dr. Flávio Fortes. (b) OAB-MS 2.199-A. Fica intimado do autos de arresto. Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de mil novecentos e oitenta, nesta cidade e Comarca de Amambai, dando o cumprimento ao respeitável mandado retro, proceder o arreto em bens dos devedores Heitor Martins da Silva e Izolina Matos da Silva no seguinte: a)Sete oitavos (7/89) de has. 4.795m<sup>2</sup> (vinte e três hectares e quatro mil setecentos e noventa e cinco metros quadrados), do imóvel ITAPOTY, situado neste município, com as demais confrontações e características constantes na matrícula nº 4.884-R-1 e 2, do CRI, desta Comarca. e b)- o lote urbano letra "C" do quarteirão nº 06, medindo 12,50x25 metros de frente aos fundos, situado nesta cidade, com as demais características e confrontações constantes na matrícula nº 660-R e 2 e 7, sobre dito imóvel acha-se construída uma casa de madeira em regular estado. Despacho. J. Cite-se como requer por Edital prazo de 20 dias, publicado no D.O. na uma vez e duas no jornal local. Intime-se A.12.08.80. (a) Dr. Alécio Antonio Tamiozzo. E para que chegue o conhecimento dos executados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital, que será publicado na forma da Lei. Dado e passado neste cidade, município e Comarca de Amambai, Estado de Mato Grosso do Sul, aos treze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta. Eu (a) Ramon Aurélio de Oliveira, Esc. Jur. o datilografei e subscrevi.(a) Dr. Alécio Antonio Tamiozzo-Juiz de Direito.

(CR\$-2.479,00-G-1644-W).

#### Comarca de Jardim

##### EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Doutor OSWALDO RODRIGUES DE MELO, Juiz de Direito da Comarca de Jardim-MS., na forma da Lei etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem ou interessar possam que, INTIMA os Srs.GINO MELCHIORRE e s/mulher D.CATARINA ORTIZ MELCHIORRE, bras., casado, VICENZO MELCHIORRE e s/mulher BERNADETE VERDEJO MELCHIORRE, bras., casado, residente, em Sidrolândia e GEORG WARKENTIM, brasileiro, casado, dos termos de um PROTESTO JUDICIAL nº 125/80, em trâmite por este Cartório do 19 Ofício do requerido por BANCO DO BRASIL S.A., para responder sob pena de revelia, tudo conforme despacho do MM. Juiz, exarado as fls. 02, seguinte: D.R.A. com tx. e dp. Intimem-se Editaliciamente, na forma requerida. (a) Dr.OSWALDO RODRIGUES DE MELO, Juiz de Direito em Substº Legal. Constando da inicial o seguinte: Exmo Sr.Dr. Juiz de Direito da Comarca de Jardim. O BANCO DO BRASIL S.A., com sede na Capital Federal, e agência em Guia L da Laguna inscrito no CGC/MF sob nº 00.000.000/0543-64, por seu procurador, vem perante V.Exa., requerer a efetivação de PROTESTO JUDICIAL contra GINO MELCHIORRE e sua mulher D.CATARINA ORTIZ MELCHIORRE, brasileiros, casados, residentes e domiciliados em Maracaju; VICENZO MELCHIORRE, e sua mulher D.BERNADETE VERDEJO MELCHIORRE, brasileiros, casados, residentes e domiciliados em Sidrolândia; e GEORG WARKENTIM, bras., casado, residente e domiciliada na Fazenda Terra Nova, em Guia Lopes da Laguna, com fulcro no art.867 e seguintes do Código de Processo Civil, e nos seguintes fundamentos de fato e de direito: 1-Dos reqdos, GINO MELCHIORRE e s/mulher CATARINA ORTIZ MELCHIORRE e GEORG WARKENTIM é o repte, credor, dentre outros valores, da importância de Cr\$ 392.375,63 (posição em 30/6/80) referente a capital e acessórios dos seguintes títulos cambiais formes EAC 79/00430-8. (ex-EAC-75/428) CEDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA, emitida em 15.12.75, por GINO MELCHIORRE e sua mulher, inscrita sob nº 2.533, fls.167, livro 9-B, no RI da Comarca de Campo Grande, em 16.12.75, e sob nº 4.063, fls. 21, livro 9-H em 17.12.75, no R.I. da Comarca de Maracaju vencida em 31.07.77, de valor nominal de Cr\$ 497.000,00 e saldo devedor de Cr\$ 25.192,17; EAC-79/00429-4(ex-EAC-76/760) CEDULA RURAL PIGNORATÍCIA emitida em 09.12.76, por GINO MELCHIORRE, avalizada por GEORG WARKENTIM, registrada sob nº 761, fls.80 livro 3-A, em 28.12.76, no R.I. da Comarca de Maracaju, vencida em 31.07.77, no valor nominal de Cr\$887.500,00 e saldo devedor de Cr\$ 367.183,46; 2-O primeiro dos títulos descritos está garantido por hipotecas cedulares de diversos imóveis, dentre os quais um pretende, em domínio, aos reqdos. GINO MELCHIORRE e s/mulher CATARINA ORTIZ MELCHIORRE, VICENZO MELCHIORRE e s/mulher BERNADETE VERDEJO MELCHIORRE, tendo os dois últimos outorgado sua anuência a constituição da hipoteca. Como já dito, ambos os títulos se venceram a 31.7.77, encontrando-se assim, na iminência de prescreverem. 4-Isto posto, e visando a interromper o curso da prescrição, e mais, considerando que não há condições temporais de promover a intimação pessoal dos reqdos., vem como lhe

permite o art.870, nº III do Cód. de Processo Civil, requerer se ..digne V.Exa. deferir a citação, por edital dos regos, GINO MELCHIORRE, CATERINA MELCHIORRE, VICENZO MELCHIORRE, BERNADETE VERDEJO MELCHIORRE, e GEROG WARKENTIM, por quanto a demora da intimação pessoal por certo prejudicará os efeitos do protesto. 5- Requer mais que, feita a intimação na forma requerida, sejam os autos, após preparados, entregues ao repte, após decorrido o prazo legal, independentemente de traslado para fins de direito. A causa, o valor de Cr\$ 392.375,63. N.Terms P. Deferimento. Jardim, 25 de julho de 1980. (a) Dr.Oney de Oliveira Leite - Advogado. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância expedi-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei Dado e passado nesta Comarca de Jardim, aos 30 dias do mês de julho do ano de 1980. Eu,(a) Escrev.Juramentada datilografiei e subscrevo. (a) Dr. Oswaldo Rodrigues de Melo - Juiz de Direito subst.legal. (Cr\$ 2.412,00-G.1641-I)

## Poder Judiciário Federal



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PENHORA - PRAZO 30 (TRINTA) DIAS

O DR. MÁRIO FIGUEIREDO FERREIRA MENDES,  
Juiz Federal no Estado de Mato Grosso na  
forma da lei, etc...

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecem-

mento tivefem que por este com o prazo de trinta(30) dias fica intimada a firma TELCO-TELECOMUNICAÇÕES CENTRAL OESTE LTDA, na pessoa de seu representante legal, da penhora efetuada nos autos da Ação de Execução que lhe move a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - Diretoria Regional de Mato Grosso do Sul, cujo auto segue abaixo transcrita: Auto de Penhora e Depósito - aos 04 dias do mês de junho do ano de 1980, nesta cida- de e Comarca de Campo Grande-MS; onde fomos vindo nós Oficiais de Justiça, ao fim assinado, sito à esta cidade: ai em cumprimento ao mandado re- tro, assinado pelo Dr.Juiz de Direito da Sa.Vara, autos da Ação de Execu- ção entre as partes EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS (Autora) e TELCO-TELECOMUNICAÇÕES CENTRAL OESTE (Ré) e depois das formalidades legais, na presença das testemunhas ao fim assinadas, procedemos à penhora dos bens da ré acima citada, que são os seguintes: 01 liston de proteção Ericson, com 10 fusíveis e 10 centelhas; 01 bloqueador ITN; 100 lampadas Philips, 40 v RGG 1.115; cujos bens depositámos em poder da Empresa Brasi- leira de Correios e Telegrafos, depositário este por nós nomeado que o- brigou-se a conservá-lo como bom depositário sujeitando-se as penas da lei, e depois de lido e achado conforme vai devidamente assinado por nós Oficiais de Justiça, pelo depositário e pelas testemunhas(as). Assinatura ilegível - Oficial de Justiça; Rosa Mitayo K.Oyakawa - Depositário; As- sinaturas ilegíveis(dúas) testemunhas. Pelo que fica a firma executada in- timada da penhora, podendo, no prazo de 10 dias, oferecer embargos, sob pena de presumirem como verdadeiros os fatos articulados pela autora. E, para que ninguém alegue ignorância foi expedido o presente edital que se- rá publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três(23) dias do mês de julho do ano de hum mil, novecentos e oitenta(1980). Eu,(a) Wilma Regina A. Pe-reira; Auxiliar Judiciário, datilografiei e assino. Eu,(a) Mário Figueire- do Ferreira Mendes - Juiz Federal.

(Cr\$ 1.273,00-G.1649-I)

## Publicações a Pedido

### CONVOCAÇÃO

ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE PRÓ-AMPARO E RECUPERAÇÃO DOS ENCARCERADOS  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

De acordo, com os estatutos da Associação Matogrossense Pró-Amparo e Recuperação dos Encarcerados (A.M.P.A.R.E) convocamos os Associados em pleno gozo de seus direitos para uma Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no Colégio N.S.Auxiliadora no dia 22 de agosto de 1980, às 20:00 horas em 1a.Convocação e às 21:00 horas em 2a.convocação com qual- quer número de sócios.

Pauta da reunião:

- a) Prestação de contas
- b) Eleição da nova diretoria
- c) outros assuntos.

Campo Grande, 18 de agosto de 1.980  
(a) Irmã Irma Zorzi - Presidente em exercício.

### EXTRATO DE ESTATUTO

EXTRATO DE ESTATUTO DO GRUPO ESPÍRITA "A CAMINHO DA LUZ"

O GRUPO ESPÍRITA "A CAMINHO DA LUZ" é uma sociedade civil, religião (S.O.-I)

sa e filantrópica, fundada em catorze de agosto de hum mil,novecentos e oitenta, nesta cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, onde terá sede e foro, com duração indeterminada, com fundo social a consti- tuir-se; tem por finalidade o estudo, difusão e prática da Doutrina Espí- rita, segundo os princípios da Codificação Kardequiana; prática da cari- dade cristã, inclusive através de obras de assistência e promoção humana. O quadro social constitui-se de ilimitado número de sócios maiores de 18 anos, que não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. Di- rigido por uma diretoria composta de seis membros e um conselho fiscal de três, é representado pelo presidente. Não remunera sua Diretoria e não distribui lucros ou proventos quaisquer aos associados. No caso de disso lução, seu patrimônio reverte-se a favor de outra entidade espiritual, dônea, de acordo com o artigo 25. O Estatuto é reformável, dentro da mes- ma linha de finalidade, por deliberação da Assembléia Geral dos Sócios.

Campo Grande-MS., 15 de agosto de 1.980  
(a) Jorge Wagner Velasco - Presidente

Cr\$ 15,00